Fundado em
15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador:
Edmundo Bittencourt

EDIÇÃO SÃO PAULO

São Paulo, Terça-feira, 17 de Novembro de 2026 | www.correiodamanhasp.com.br | Ano CXXV Nº 25.145 | R$ 5,00

Quinto Constitucional: OAB-RJ elege lista sêxtupla para vaga de desembargador no TJRJ

MAGNAVITA - PÁGINA 15

Próximo de ser aprovado, ajuste fiscal divide a esquerda e o PT

Corte de R$ 60 bilhões no orçamento da União gera conflitos entre pragmáticos e desenvolvimentistas

PÁGINA 13

O recado de Bolsonaro a Tereza Cristina e Rogério Marinho

CAPPELLI - PÁGINA 14

Fim da escala 6x1 acirra impasse entre Congresso e Supremo

PÁGINA 23

LIMITES DE MUNICÍPIOS NO RADAR DA ALESP



DIVULGAÇÃO/ALESP

Comissão de Assuntos Metropolitanos tem reunião nesta terça-feira(17)

A Comissão de Assuntos Metropolitanos da Alesp analisa nesta terça-feira(17) requerimento para unificar projetos sobre mudanças nas divisas municipais. O principal é o PLC 11/2026, que permite a deputados, ao governador ou a prefeitos solicitar a mudança do território de um município a outro.

PÁGINA 3

Novas regras para evitar conflitos de interesses na Saúde

PÁGINA 3

WALMIR GERENA/DRONE TERAPIA CHANNEL



Incêndio em fábrica de produtos químicos de Salto é controlado após mais de 50 horas

Incêndio em Salto durou 54h

Explosões na fábrica da Pyrozzar Pirosol em Salto deixaram 12 feridos, entre bombeiros, agentes da Defesa Civil e um vereador. Dois diretores seguem internados com quadro estável, e a Polícia Científica pericia toda a área.

PÁGINA 8

Nunes planeja volta de Fábio Portela à Comunicação

PÁGINA 4

Capital quer dinheiro do Japão para obras contra alagamentos

A Prefeitura de SP busca US$ 1 bi no Japão para financiar obras contra impactos das mudanças climáticas. Nunes (MDB) se reuniu com a Agência de Cooperação Internacional do Japão.

PÁGINA 4

Negociação de dívida ativa reaberta em São Paulo

PÁGINA 18

RUDOLFO LAGO

NO MEIO DA ESTRADA, TEM UM BURACO. E ISSO SAI MUITO CARO

PÁGINA 2

PC DE OLIVEIRA

A BATALHA PARA LULA FORMAR O TIME DO QUARTO MANDATO

PÁGINA 2

RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

No meio da estrada, tem um buraco. E isso sai muito caro

É discutível se menos de um mês depois das eleições, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu governo já merecessem ser alvos do fogo amigo do PT em torno do ajuste fiscal. No fundo, porém, é a velha discussão econômica entre ortodoxos e heterodoxos, que ganha ares mais estridentes uma vez que os petistas nunca foram muito bons em lavar sua roupa suja dentro de casa.

Para além, no entanto, da estridência da discussão, há fatores realmente complicados na manutenção do modelo fiscal que merecem discussão. E é inclusive nessa linha que o economista André Lara Resende, um dos pais do Plano Real, vem propondo uma rediscussão sobre a questão dos juros.

O fato, porém, é que os juros altos reprimem os investimentos no país. Deixam a população endividada e o país estagnado. Sem investimentos, o Brasil fica sucateado. E a suposta economia que se pode ter cortando R$ 60 bilhões, no final pode acabar saindo cara.

Uma pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) sobre as condições das estradas brasileiras é um bom exemplo disso. A CNT verificou a totalidade dos mais de 114 mil quilômetros de rodovias brasileiras. E constatou que quase 60% delas – mais exatamente 58,9% - estão em estado regular, ruim ou péssimo. Somente 41,1% dessas estradas podem ser classificadas como ótimas ou boas. Há um percentual de 0,2% onde o pavimento está completamente destruído. São estradas intransitáveis. Há mais de 3 mil pontos críticos.

De acordo com a pesquisa da CNT, para que se conseguisse recuperar completamente as rodovias brasileiras seriam necessários R$ 105,9 bilhões. Mas o governo precisará fazer um ajuste de R$ 60 bilhões nos seus gastos. E ainda vai precisar pagar mais cerca de R$ 60 bilhões em emendas impositivas ao orçamento que nem sempre irão para as políticas públicas mais necessárias.

É, portanto, uma questão de escolhas. Segundo a CNT, manter as estradas ruins custa também bem caro. As más condições de pavimento das estradas geram um aumento de 31,8% no custo do transporte rodoviário. Isso, é claro, acaba parando na prateleira dos supermercados. E na planilha de quem pensa em investir no país.

O prejuízo causado pelos acidentes rodoviários foi de R$ 17,4 bilhões em 2025. Estima-se um aumento no consumo de óleo diesel de 1 bilhão de litros por conta da má qualidade da malha viária. Um custo adicional às transportadoras de R$ 6,3 bilhões.

No geral, o estado das rodovias é pior na região Norte. Somente 18,5% das estradas do Amazonas são consideradas ótimas ou boas. Uma surpresa acontece no Nordeste. Embora somente 36% das rodovias da região esteja em boas condições, Alagoas é o estado do Brasil com as melhores estradas. Estão classificadas como ótimas ou boas 80% das rodovias alagoanas.

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Lula forma time para 4º mandato

Ao presidente Lula, parece, montar sua equipe de governo, será uma batalha ainda maior do que vencer a eleição. Trazer para dentro de casa os que, na disputa eleitoral eram entusiastas defensores do adversário, não está sendo tarefa fácil, não por causa de diferenças políticas, de confrontos ideológicos, mas por falta de cargos a oferecer.

No governo são 38 pastas ministeriais, contando ministérios, secretarias e órgãos equivalentes com status de ministro, mas a demanda, ao que parece, é bem maior. E sem os cargos Lula não consegue atrair a maioria que precisará para governar, especialmente diante da perspectiva de cortes em despesas. Sem os cortes, o Brasil quebra. Com os cortes o presidente fica sem a necessária maioria para promover as reformas que o país realmente necessita.

Lula vive momentos difíceis. As questões climáticas agravam a situação política com o aumento da inflação. E o povo dá sinais de descrença no próximo governo. Mas as pressões não param por aí. Lula, que hoje parece mais preocupado em se tornar uma personalidade mundial, vai receber, a partir desta semana, forte pressão de grupos de seu próprio partido, o PT, para endurecimento nas propostas para a melhoria da segurança pública.

Governadores eleitos pelo partido e outras lideranças do partido, querem que o presidente mude sua postura diante dos problemas da segurança pública, passando a defender redução da maioridade penal, endurecimento de penas para alguns crimes como roubo de celulares e outras mudanças no Código Penal.

Finalmente Lula já enfrenta, e pelo visto a cada dia maior, pressões para indicação de nomes para cargos, tanto do Executivo quanto do Judiciário em especial. As mulheres não abrem mão do direito de ocuparem cargos públicos e pressionam para ocupar vagas no Supremo Tribunal e cobram de Lula a indicação de uma mulher negra. Lembram que foi |Lula quem indicou, em 2003, o Joaquim Barbosa, o único ministro negro da história do STF. Agora, é a vez de indicar uma mulher negra.

EDITORIAL

Os desafios políticos para a carta da COP31

A primeira versão do principal documento político da COP31 apresenta caminhos importantes para acelerar a transição climática, mas também evidencia o tamanho dos obstáculos para transformar compromissos internacionais em ações efetivas. A minuta coloca no centro das negociações a necessidade de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, ampliar o uso de energias limpas e garantir recursos para que os países enfrentem os efeitos das mudanças climáticas. O desafio será converter essas diretrizes em decisões concretas.

Entre as propostas de maior relevância está a aceleração da transição dos sistemas energéticos, com o abandono progressivo dos combustíveis fósseis. A iniciativa procura dar continuidade ao compromisso firmado na COP28, em Dubai, em 2023, e estabelecer parâmetros mais objetivos para a redução das emissões. O documento também aponta para a necessidade de ampliar a eletrificação da economia e fortalecer os investimentos em fontes renováveis, medidas fundamentais para alterar o atual padrão de produção e consumo.

Outro eixo importante é o financiamento climático. A minuta reconhece que os países em desenvolvimento precisam de apoio financeiro para adaptar suas economias, proteger populações vulneráveis e investir em infraestrutura resiliente. Sem recursos suficientes, a transição corre o risco de aprofundar as desigualdades entre nações ricas, historicamente responsáveis por grande parte das emissões, e países que dispõem de menos condições para enfrentar os impactos ambientais.

As divergências, entretanto, continuam expressivas. Economias dependentes do petróleo, do gás e do carvão resistem a compromissos mais rigorosos, enquanto países em desenvolvimento cobram garantias de financiamento e respeito às diferentes realidades nacionais. Além disso, a substituição das fontes energéticas precisa considerar seus efeitos sobre o emprego, a renda e as comunidades que dependem das atividades econômicas em transformação.

A primeira versão do documento ainda está sujeita a negociações e mudanças. Por isso, não deve ser confundida com um acordo definitivo. Seu mérito está em colocar questões decisivas na mesa, mas sua eficácia dependerá da disposição dos governos de superar interesses imediatos e assumir responsabilidades proporcionais à sua contribuição para a crise climática.

A COP31 precisa demonstrar que a cooperação internacional ainda é capaz de produzir respostas à altura da emergência ambiental. Não basta estabelecer metas ambiciosas ou renovar promessas. É indispensável definir prazos, mecanismos de fiscalização e fontes de financiamento. A transição climática não pode continuar subordinada ao ritmo das conveniências políticas e econômicas. O tempo para agir está se esgotando.

OPINIÃO DO LEITOR

Novembro Azul

Se outubro é rosa para lembrar da detecção precoce do câncer de mama, novembro seria azul nos cuidados com a detecção do câncer de próstata. Cuide-se, faça o exame preventivo.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: marceloperillier@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

JOÃO VALÉRIO/GOVERNO DO ESTADO SP



Eleuses Paiva, que comanda a Saúde, deve deixar o governo Tarcísio

Saúde de SP amplia regras para evitar conflitos de interesse

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo estabeleceu novas regras para prevenir conflitos de interesses entre dirigentes e coordenadores. A Resolução SS nº 233, publicada na segunda-feira (16), exige declaração de possíveis conflitos em até dez dias após a posse, com renovação anual. A medida alcança áreas como assistência farmacêutica, contratos, orçamento e controle de doenças. O texto também obriga a divulgação de agendas públicas e proíbe o recebimento de presentes de empresas e particulares, com exceções previstas. Viagens, hospedagens e inscrições em eventos custeadas por entidades privadas dependerão de autorização, com divulgação dos benefícios. Quem já ocupa cargo abrangido e ainda não apresentou a declaração terá 30 dias para fazê-lo. O descumprimento poderá resultar em responsabilização administrativa e funcional.

Falta de verba para livros didáticos de 2027

O deputado federal Delegado Palumbo (Podemos-SP) apresentou, na segunda-feira (16), um requerimento de informações ao Ministério da Educação sobre o orçamento para a compra de livros didáticos destinados às escolas públicas em 2027. O parlamentar cobra esclarecimentos sobre uma possível falta de R$ 700 milhões para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Também solicita dados sobre contratos, recursos disponíveis e riscos de atraso na distribuição dos materiais no início do ano letivo.

KAYO MAGALHÃES / CÂMARA DOS DEPUTADOS



Pedido foi feito pelo deputado Delegado Palumbo (Podemos-SP)

Arsesp encerra redução da pressão de água

A Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Paulo (Arsesp) determinou o fim das medidas excepcionais de redução da pressão da água durante a noite na Grande São Paulo. A decisão, publicada nesta segunda-feira (16), restabelece o regime normal de abastecimento após a recuperação dos reservatórios. Em 28 de outubro, o Sistema Integrado Metropolitano estava com 61,33% da capacidade, e o Cantareira, com 49,78%. A prestadora deverá informar os usuários sobre as mudanças e apresentar um balanço final das medidas adotadas.

Plano de Gestão de Riscos - SP Águas

A SP-ÁGUAS terá até 180 dias para apresentar um plano de gestão dos riscos de inundações no estado de São Paulo. As diretrizes, publicadas no Diário Oficial desta segunda-feira (16), preveem o mapeamento de áreas de risco, a integração de dados sobre chuvas e rios e o aperfeiçoamento dos sistemas de previsão e alerta. O plano deverá ser aprovado pelo conselho diretor da agência e revisado a cada quatro anos.

Agenda do Governador I

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) esteve reunido na segunda-feira (16) com dirigentes da Motiva, às 15h, e da Trivia Trens, às 16h30. Os encontros ocorrem após falhas na Linha 8-Diamante, que levaram à ameaça de rescisão contratual, e problemas operacionais da Trivia, cuja retomada integral está prevista para novembro.

Ação de improbidade

O Ministério Público de São Paulo ajuizou ação por improbidade administrativa contra o prefeito de São Bernardo, Marcelo Lima (Podemos), e outras nove pessoas. O grupo é suspeito de envolvimento em um esquema de propinas em contratos públicos. A investigação resultou na apreensão de R$ 15,9 milhões e US$ 156,9 mil. O prefeito nega irregularidades.

Exploração de publicidade

A CPTM formalizou a substituição da Eletromídia pela Globo Comunicação e Participações no contrato de exploração de publicidade em trens e estações. A mudança, publicada no Diário Oficial de segunda-feira (16), decorre da incorporação societária da Eletromídia. O contrato abrange mídias digitais e estáticas, além da manutenção dos espaços.

Emergências em Parques

A Fundação Florestal de São Paulo estabeleceu novas regras para emergências em parques e áreas protegidas estaduais. A norma prevê apoio a buscas, isolamento de locais e acionamento de equipes de resgate. Funcionários ficam proibidos de divulgar imagens de vítimas, administrar medicamentos ou remover corpos sem autorização das autoridades.

Evento natalino no Jockey

O Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) autorizou, no Jockey Club de São Paulo, a realização do evento Villa de Natal São Paulo, de 27 de novembro a 23 de dezembro, com espetáculos, personagens natalinos, decoração temática e gastronomia. A autorização foi publicada no Diário Oficial.

Patrimônio tombado

O governo de São Paulo autorizou a instalação temporária do Parque Casa das Caldeiras, na Água Branca, zona oeste da capital. O espaço histórico, que passou por restauração em 2026, prevê atividades culturais, feiras e eventos. A autorização, publicada nesta segunda-feira (16), é válida até 30 de abril de 2027 e inclui a montagem e desmontagem.

DIVULGAÇÃO/ALESP



Comissão de Assuntos Metropolitanos tem reunião nesta terça-feira(17)

Redistribuição de territórios municipais entra no radar da Alesp

Comissão discutirá pedido para unificar propostas sobre limites dos municípios

Da **Redação**

A Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) se reúne nesta terça-feira (17), às 15h30, para analisar seis itens da pauta. Entre eles está um requerimento da deputada Ana Carolina Serra (PSDB) que propõe unificar iniciativas legislativas sobre a transferência de partes do território de um município para outro vizinho.

O Requerimento 3541/2026 solicita que a comissão examine uma minuta de projeto de lei complementar para alterar a Lei Complementar Estadual nº 651, de 1990. A intenção é reunir propostas já apresentadas na Alesp e incorporar novas regras, com a participação dos integrantes da Comissão. Caso haja consenso, o novo projeto poderá ser apresentado em nome da própria comissão. Na justificativa, Ana Carolina Serra afirma que a iniciativa busca aproveitar as ideias em discussão na Casa e ampliar a participação da comissão nos processos de alteração territorial, "tornando os procedimentos mais técnicos e democráticos".

PROJETO JÁ APRESENTADO

A Alesp já analisa uma proposta sobre o mesmo assunto. O Projeto de Lei Complementar 11/2026, protocolado em junho por 17 deputados estaduais do PT, estabelece procedimentos para o desmembramento de áreas municipais e sua incorporação a cidades vizinhas.

O texto prevê estudo de viabilidade econômica e administrativa, coordenado pelo governo estadual, com prazo de 180 dias, prorrogável por igual período. Também estabelece audiências públicas e consulta à população por meio de plebiscito.

Outra exigência é a continuidade dos serviços públicos essenciais, especialmente saúde e educação, durante a transição entre municípios, se houver.

As iniciativas buscam adequar a legislação paulista à Lei Complementar Federal nº 230, de 15 de abril de 2026, que regulamenta o artigo 18, parágrafo 4º, da Constituição Federal. A norma permite transferir parte do território de uma cidade para outra limítrofe, mediante estudo de viabilidade, plebiscito e aprovação de lei estadual, sem criar um novo município.

Pelo projeto, o processo de desmembramento de parte de Município para incorporação a outro limítrofe poderia partir a pedido de um prefeito, deputado ou do próprio governador. O texto foi protocolado em 19/junho/2026 e está na Comissão de Justiça e Redação da Casa.

CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SP



Na sede da Prefeitura de São Paulo, Nunes terá reuniões

Capital busca recursos no exterior para obras contra alagamentos

A Prefeitura de São Paulo está buscando cerca de US$ 1 bilhão no Japão para financiar obras contra alagamentos e outros impactos das mudanças climáticas. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) disse nesta segunda-feira (16) que se reuniu na semana passada com representantes da Agência de Cooperação Internacional do Japão. Ele não informou se as negociações avançaram. Nunes afirmou que a cidade tem dez piscinões em construção e outros cinco em licitação. Segundo o prefeito, os alagamentos caíram cerca de 70% na gestão. Ele disse que novas obras estão previstas no Plano Municipal de Redução de Riscos. Após a chuva de domingo (15), os bombeiros receberam 84 chamados por quedas de árvores, 11 por desabamentos e 19 por enchentes e inundações na capital e na Grande São Paulo. Um córrego transbordou no Itaim Paulista e houve infiltrações no Terminal Barra Funda.

Estado restaurará 17 imóveis tombados no centro

Palácio dos Campos Elíseos, símbolo da história política paulista, construído no fim do século XIX, é um dos principais prédios históricos que seguirá mantido no projeto do Novo Centro Administrativo do Governo Paulista na região central da cidade de São Paulo e servirá como um grande salão de recepção do governador para ocasiões solenes, como recepção a chefes de Estado e cerimônias oficiais. A Secretaria de Justiça e Cidadania foi transferida para o local em 2024, para requalificação do bairro.

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SÃO PAULO



Palácio dos Campos Elíseos servirá como recepção do governador

Ônibus de SP levam 82 mil a menos no 2º turno

Os ônibus municipais de São Paulo transportaram 82 mil passageiros a menos no segundo turno das eleições de 2026, em 25 de outubro, na comparação com o primeiro. A queda foi de 2,5%, segundo dados da Prefeitura. No mesmo intervalo, a abstenção na capital caiu de 23,39% para 20,36%, uma redução de quase 277 mil no total de eleitores ausentes. A maior redução no número de passageiros entre as operadoras foi registrada pela Transwolff, sob intervenção municipal, com 24.054 a menos no segundo turno.

Justiça analisa a frota de ônibus no 2º turno

A Justiça Eleitoral analisa uma ação que questiona se a Prefeitura de São Paulo e a SPTrans cumpriram a ordem de colocar nas ruas, no segundo turno, toda a frota regular de dias úteis. A gestão municipal informou que colocou 8.814 ônibus em circulação na votação e afirmou que o comparecimento às urnas não pode ser relacionado diretamente ao número de passageiros do sistema municipal de transporte.

Isenção de ISS na Copa

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de São Paulo discutiu em audiência pública nesta segunda-feira (16) a isenção de ISS para serviços prestados exclusivamente à Copa do Mundo Feminina de 2027. O projeto de lei, enviado pela Prefeitura, passou em 1ª votação no plenário na semana passada e precisa de nova votação.

SP terá dez partidas

São Paulo será uma das cidades-sede da Copa do Mundo Feminina de 2027 e receberá dez partidas, entre elas uma semifinal e a disputa pelo terceiro lugar. O torneio será disputado no Brasil de 24 de junho a 25 de julho. Se sancionada, a proposta de isenção do imposto municipal valerá até o fim da Copa. A medida mantém IPTU e ITBI.

Cidadã Paulistana

Reconhecida por trabalho de formação de mulheres e assistência social, a bispa Keila Campos Costa recebeu, "in memoriam", o Título de Cidadã Paulistana da Câmara de SP. A homenagem foi entregue no domingo (15), durante Sessão Solene na Igreja Evangélica Assembleia de Deus, por iniciativa da Dra. Sandra Tadeu (PL).

Ciência para Todos

O prêmio Ciência para Todos vai reconhecer dez projetos de pesquisa de escolas públicas do estado de São Paulo, na quarta-feira (18), às 10h, no Museu Catavento, no centro de São Paulo. A quinta edição do prêmio reúne trabalhos de estudantes e professores de nove municípios. Seis projetos foram premiados e quatro terão menção honrosa.

Restauro do Juventus

O Conpresp aprovou o restauro de estruturas históricas do estádio do Juventus, na Rua Javari, na Mooca. A decisão consta no Diário Oficial desta segunda-feira (16), após vistoria apontar danos irreversíveis em áreas tombadas por obras sem autorização. A obra das novas arquibancadas do estádio segue embargada pela Prefeitura de SP.

Pesar: Quito Formiga

Morreu no domingo (15), aos 64 anos, o ex-vereador da Câmara Municipal de São Paulo, Quito Formiga. Ele teve atuação voltada principalmente às áreas de educação, cultura, direitos humanos e inclusão social na cidade. Entre as leis de sua autoria está a que padronizou os uniformes escolares da rede municipal de ensino de São Paulo.

REPRODUÇÃO/PREFEITURA DE SÃO PAULO



Nunes quer trazer Portela de volta ao comando da Sec. de Comunicação

Nunes planeja volta de Fábio Portela à Comunicação

Jornalista deixou o cargo para chefiar imprensa da campanha de Flávio

Da **Redação**

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), planeja trazer o jornalista Fábio Portela de volta ao comando da Secretaria Especial de Comunicação. Portela deixou a pasta para chefiar a assessoria de imprensa da campanha de Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência da República. O retorno é discutido como parte de mudanças no secretariado para o início de 2027. A nomeação ainda não foi confirmada.

A saída de Portela foi anunciada por Nunes em uma reunião com secretários em 28 de maio. A ida do jornalista para a equipe eleitoral atendeu a um pedido do senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha de Flávio. A troca ocorreu em meio a uma reformulação da comunicação da candidatura, após a divulgação de mensagens entre Flávio e o banqueiro Vorcaro.

Com a saída de Portela, o jornalista Flávio Freire assumiu a Secretaria Especial de Comunicação. Freire já integrava a equipe de Nunes desde fevereiro de 2023, quando passou a atuar como chefe de imprensa. O plano de retorno de Portela envolve a função que Freire ocupou. Ainda não se sabe o destino do atual secretário em caso de troca.

Além da Comunicação, as secretarias de Direitos Humanos, Educação e Habitação da Prefeitura estão entre as pastas em que a gestão avalia mudanças. As trocas são discutidas para a segunda metade do mandato de Nunes. Entre os nomes cogitados para voltar à administração municipal estão dois ex-secretários municipais eleitos para a Câmara dos Deputados pelo MDB.

Um deles é Enrico Misasi, que comandou a Casa Civil. O outro é Sidney Cruz, ex-secretário de Habitação. Se algum deles voltar à Prefeitura de São Paulo e se licenciar do mandato federal, o ex-prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando, primeiro suplente do MDB, poderá assumir uma vaga na bancada do partido na Câmara federal.

A discussão sobre a mini reforma da equipe municipal de secretários ocorre após a derrota de Flávio Bolsonaro no segundo turno da eleição presidencial. Nunes apoiou a candidatura do senador e participou de agendas de campanha em São Paulo, onde Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceu na capital. Entre aliados do prefeito, Sidney Cruz também é citado como um dos nomes que poderiam receber o apoio de Nunes na disputa pela Prefeitura em 2028.

CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**

RONCONGRACACOM



Rafael Cervone, presidente do Ciesp e 1º vice-presidente da Fiesp

Limite em crédito tributário ameaça caixa das empresas, aponta Ciesp

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) prega o corte de despesas não prioritárias, eficiência na gestão pública e retomada urgente da reforma administrativa para equilibrar as contas, rejeitando o aumento de impostos do Projeto de Lei Complementar 299/2026, aprovado no Senado. A entidade cobra análise do Congresso antes de penalizar empresas, trabalhadores e famílias. Em entrevista ao Correio da Manhã, sucursal Campinas, Rafael Cervone, presidente do Ciesp e primeiro vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), declarou: "repetindo vícios históricos da administração pública brasileira, o Executivo transfere à sociedade e aos setores produtivos a responsabilidade de financiar o desequilíbrio das contas públicas, em vez de enfrentar sua causa principal, que é o crescimento das despesas governamentais".

Corte de gastos

Ainda segundo Cervone, "é crucial cortar despesas não prioritárias, algo muito viável, em vez de, outra vez, drenar ao erário recursos que deveriam ser investidos pelas empresas em produção, criação de empregos, inovação e produtividade". Projeções apontam que o PLC pode elevar a arrecadação em até R$ 40 bi. Um dos pontos envolve a compensação de créditos tributários, pois empresas poderão pagar impostos com capital próprio mesmo tendo valores a receber do governo, afetando o caixa.

Riscos setoriais

O Ciesp aponta ainda riscos à previsibilidade dos aportes em infraestrutura devido a critérios de seleção de projetos para apoio na compra de máquinas e equipamentos, além do desvio de recursos de ciência, tecnologia e inovação para outras áreas do orçamento. A entidade questiona também a distribuição desigual dos encargos entre os entes federativos, já que estados e o Distrito Federal sofrem os efeitos da medida enquanto a Zona Franca de Manaus mantém incentivos fiscais.

CNI/JOSÉ PAULO LACERDA



Quem produz e gera empregos não deve ser punido aponta, Ciesp

Ajuste fiscal

Ao sustentar que elevar tributos e frear investimentos privados não é solução sustentável para a responsabilidade fiscal, a instituição pede exame profundo da matéria pelos parlamentares e priorização da eficiência do Estado."O ajuste fiscal não pode continuar sendo feito à custa de quem produz, investe, gera empregos, promove inclusão socioeconômica e cria oportunidades para os brasileiros".

PINGA-FOGO

Reuniões em sequência

Na terça-feira (24), às 18h e 19h, a Comissão de Constituição e Legalidade da Câmara Municipal realizará duas reuniões para debater mudanças na previdência dos servidores e reorganizar o Camprev (Instituto de Previdência Social do Município de Campinas), alinhando a legislação municipal à reforma federal.

Pauta das 18h

A sessão das 18h trata da idade mínima de aposentadoria (62 anos para mulheres e 65 para homens), com abatimento de 5 anos para professores da educação básica. O projeto, que adéqua a Lei Orgânica à reforma federal, determina que leis complementares definam critérios de cálculo, reajustes, regras de transição e pensões.

Pauta das 19h

Estabelece ainda que o sistema previdenciário local passa a ser integrado pelo Regime Próprio e pelo Regime de Previdência Complementar. Já às 19h, a pauta aborda o Projeto de Lei Complementar 87/2026, focado na reorganização do Camprev. A proposta consolida normas de arrecadação e administração de recursos.

% das contribuições

Trata ainda da concessão de benefícios, governança dos conselhos e diretrizes para o equilíbrio atuarial. A matéria fixa a alíquota de contribuição em 14% para os servidores ativos, define regras para inativos e pensionistas, e estabelece em 28% a contribuição patronal ordinária, além de prever medidas voltadas para equacionar o déficit financeiro do regime.

Alegação

De acordo com a justificativa enviada pelo Executivo, o conjunto das duas proposições integra a ampla reformulação da legislação previdenciária de Campinas. Enquanto a emenda à Lei Orgânica traça as diretrizes gerais, o projeto complementar detalha toda a regulamentação e o funcionamento do Camprev.

Como participar

Os encontros ocorrem no Plenário da Casa Legislativa, com transmissão ao vivo pela TV Câmara, internet e Rádio Câmara. Interessados podem comparecer presencialmente ou acompanhar e interagir por meio de link disponibilizado no site oficial do Legislativo campineiro (www.campinas.sp.leg.br)

PREFEITURA DE CAMPINAS



Palácio dos Jequitibás: sede do Poder Executivo de Campinas

Prefeitura envia à Câmara PL que muda salários de servidores

Caso entre em vigor, proposta será implantada em etapas até 2029

Da **Redação**

A Prefeitura de Campinas protocolou na Câmara Municipal nesta segunda-feira (16) o projeto de lei que atualiza o plano de carreiras e salários dos servidores, sem revisão desde 2007. A proposta depende da aprovação dos vereadores, e, caso entre em vigor, será implantada em etapas até 2029, atingindo funcionários da administração geral, saúde, guarda municipal, educação e orquestra sinfônica, além de criar uma carreira própria para os agentes comunitários de saúde.

Para corrigir perdas na evolução profissional ocorridas entre 2009 e 2021, o texto institui duas promoções especiais sem as travas antigas. Na promoção por tempo de serviço, será contado o período trabalhado no cargo até 28 de fevereiro de 2026 em faixas de cinco anos, recolocando no nível certo quem ficou para trás e concedendo um degrau extra aos demais, sem o teto de vinte por cento da equipe por ciclo.

Na promoção por qualificação, voltada à administração geral e à saúde, diplomas e cursos protocolados até 31 de dezembro de 2026 serão validados por ordem de entrega, sem nota de desempenho e sem o limite de 5% de vagas. No cálculo financeiro, o divisor usado para definir o valor da hora trabalhada nas jornadas de 36 horas semanais cairá de 216 para 180, elevando o pagamento de horas extras, adicional noturno, sobreaviso, plantões suplementares e aulas extras dos professores.

Categorias com jornada de 30 horas semanais, como telefonistas, digitadores, atendentes do serviço de atendimento ao cidadão, ascensoristas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e jornalistas, passarão a receber o salário de 36 horas, benefício estendido aos aposentados e pensionistas com paridade.

Para os admitidos nessas funções antes de 2007, a vantagem pessoal voltará ao salário base, ampliando o adicional por tempo de serviço e a sexta parte.

A reforma também derruba o limite municipal de 64 horas semanais para o acúmulo constitucional de dois cargos públicos, exigindo apenas compatibilidade de horários, estrutura a carreira dos agentes comunitários de saúde e padroniza o adicional de insalubridade sobre o salário inicial da tabela de 36 horas, com percentuais de 10%, 20% e 40% conforme o risco.

Impulsionada por Campinas, região fica em 2º no estado na geração de vagas na construção

Município abriu 154 postos com carteira assinada em setembro, segundo dados do Novo Caged

Da **Redação**

CARLOS BASSAN / PREFEITURA DE CAMPINAS



Obras da nova sede do Centro de Saúde Boa Esperança, em Campinas, viabilizadas com investimento federal

O setor da construção civil em Campinas encerrou o mês de setembro com saldo positivo de 154 empregos com carteira assinada, segundo dados do Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) - sistema oficial do Ministério do Trabalho e Emprego que mede a movimentação de empregos formais no Brasil. O resultado ajudou a impulsionar a Regional Campinas do SindusCon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil), que fechou o mês com 651 novos postos (diferença entre admissões e desligamentos), alcançando a vice-liderança na geração de vagas em todo o Estado de São Paulo, atrás apenas da capital paulista (1.174).

O desempenho local acompanha o ritmo aquecido do setor no País: já no primeiro semestre de 2026, a construção civil havia se consolidado como o segundo maior gerador de empregos formais do Brasil, com 168.962 novas vagas abertas entre janeiro e junho, atrás apenas do setor de serviços, dentro de um saldo nacional de 921,6 mil postos com carteira assinada no período, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego.

No acumulado até setembro, o balanço da construção civil na área de abrangência da Regional Campinas também segue em alta, somando 2.522 postos de trabalho criados nos nove primeiros meses do ano.

Para o diretor da Regional Campinas do SindusCon-SP, Marcio Benvenutti, o ritmo das contratações na cidade tem relação direta com a desburocratização dos processos locais. Segundo ele, o desempenho positivo é impulsionado pela entrada em operação da plataforma ConstruaJá, da Prefeitura de Campinas, ferramenta que agiliza a aprovação de novos empreendimentos no município e gera reflexos para toda a cadeia da construção na região.

CENÁRIO ESTADUAL E NACIONAL

No Estado de São Paulo, a construção civil fechou setembro com 832.407 trabalhadores formais e saldo positivo de 1.341 empregos. Além da capital e da Regional Campinas, outras três regionais do SindusCon-SP tiveram saldo positivo no mês: Ribeirão Preto, com mais 89 vagas; Mogi das Cruzes, mais 86, e Santo André, com mais 55 vagas.

Por outro lado, seis regionais fecharam no vermelho, lideradas por Presidente Prudente (-252 vagas), Santos (-119), Sorocaba (-102), São José dos Campos (-98), São José do Rio Preto (-95) e Bauru (-48).

BRASIL

No Brasil, a construção civil empregava 3,157 milhões de trabalhadores com carteira assinada ao final de setembro. O setor abriu 9.468 novos empregos no mês, uma variação de 0,30% em relação a agosto.

No acumulado de janeiro a setembro, foram abertas 207.434 vagas, com crescimento de 7,03%. Em 12 meses, o saldo também foi positivo, com 74.678 empregos e variação de 2,42%.

O levantamento é realizado por meio de ferramenta online do SindusCon-SP, que acompanha mensalmente o desempenho do emprego formal na construção nas regionais da entidade. Os dados são apurados pelo FGV/Ibre com base nas informações do Novo Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), as obras de infraestrutura lideraram a abertura de vagas no país nos primeiros oito meses de 2026, com 79.065 postos, alta de 26,89% sobre igual período de 2025. A construção de edifícios gerou 66.503 empregos, enquanto os serviços especializados responderam por 54.863 vagas. O resultado mostra que a infraestrutura tem sido o principal motor da geração de trabalho no setor.

Prêmio Viracopos: Embraer é Melhor Importador e Azul, Melhor Companhia

Da **Redação**

VIRACOPOS / DIVULGAÇÃO



Representantes das empresas vencedoras na categoria Melhores do Ano

A Embraer foi eleita Melhor Importador e a Azul conquistou o prêmio de Melhor Companhia Aérea na 14ª edição do VCPEX – Prêmio Viracopos Excelência Logística. Ao todo, 194 empresas concorreram nesta edição.

Os vencedores da categoria Melhores do Ano em performance logística foram: Melhor Importador: Embraer; Melhor Transportador Rodoviário: Haidar Transportes e Logística; Melhor Comissária de Despacho Aduaneiro: Grupo Nelson Heusi; Melhor Agente de Carga Importação: DSV - Global Transport and Logistics; Melhor Agente de Carga Exportação: FERMAC CARGO; e Melhor Companhia Aérea: Azul. A premiação foi realizada na quarta-feira (11), no Royal Palm Hall, em Campinas.

Já as empresas ganhadoras do prêmio Destaques do Ano foram: Destaque Importador: Eli Lilly and Company; Destaque Exportador: Novelis; Destaque Courier: FedEx; Destaque E-commerce Recinto Público: Mile Express; Destaque E-commerce Recinto Privado: Cainiao Group; e Destaque Despachante: Ivo Vanderlei da Costa.

Prefeitura quer rever cobrança para construções acima do limite

Da **Redação**

A Prefeitura de Campinas protocola nesta terça-feira (17), na Câmara, projeto de lei complementar para mudar a cobrança pelo direito de construir acima do limite básico permitido em um terreno. A outorga onerosa é a contrapartida paga por quem deseja ampliar a área construída.

O texto substitui a proposta aprovada em segundo turno pelos vereadores e vetada pela Prefeitura. O veto saiu no Diário Oficial de segunda-feira (16). Segundo a Administração, foram identificados problemas técnicos e jurídicos nas alterações feitas durante a tramitação. A nova versão busca evitar dúvidas na aplicação das regras.

Uma das principais mudanças é fixar o Coeficiente de Aproveitamento Básico em 1 para os imóveis de Campinas, ressalvadas as exceções previstas em lei. O índice define a área que pode ser construída sem cobrança: em um terreno de 1 mil m², por exemplo, serão permitidos 1 mil m². Antes, o coeficiente variava conforme a região e podia chegar a 5.

A proposta também altera a fórmula de cálculo, prevê redução de valores em algumas situações e acaba com o escalonamento progressivo da cobrança.

Outra mudança reduz a exigência mínima de densidade habitacional, o que, segundo a Prefeitura, permite construir mais unidades, inclusive menores, em um mesmo terreno. A Administração afirma que as alterações buscam simplificar as regras e tornar os custos previsíveis.

CORREIO
GRANDE CAMPINAS

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE MONTE MOR



O município liderou na fabricação de cosméticos, perfumaria e higiene

Monte Mor se destaca no ranking estadual de geração de empregos

Monte Mor teve destaque nos rankings estadual e nacional de geração de empregos. Dados do Caged, de janeiro a setembro de 2026, apontam resultados positivos em diferentes atividades.No Estado, o município liderou na fabricação de cosméticos, perfumaria e higiene pessoal, com saldo de 163 vagas (339 admissões e 176 desligamentos). Também ficou em primeiro lugar na fabricação de artigos de serralheria, com 47 empregos, e no comércio atacadista de materiais de construção, com 21 postos.No ranking nacional, Monte Mor alcançou a segunda posição na fabricação de cosméticos e no cultivo de tomate rasteiro, com saldo de 103 vagas, atrás de Sumaré, que registrou 152 empregos. O município ainda ficou em terceiro lugar na fundição de metais não ferrosos, com 58 postos, e em quinto na fabricação de máquinas e equipamentos industriais, com 60 vagas no período avaliado.

Paulínia ativa semáforos em rotatória na terça 17

Paulínia coloca em funcionamento definitivo, nesta terça-feira (17), os semáforos da rotatória das avenidas José Lozano Araújo e Presidente Juscelino Kubitschek. Após testes e ajustes, o sistema busca melhorar a fluidez e a segurança viária. A instalação foi viabilizada por contrapartida urbanística de empreendimento comercial. A Prefeitura também realiza outras intervenções, como melhorias em rotatórias e liberação de vias, incluindo obras no Fontanário e no Parque da Represa.

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE PAULÍNIA



Semáforos organizam o trânsito em rotatória do município

Valinhos propõe programa para regularizar imóveis

O vereador Veiga apresentou projeto de lei que institui o Programa Imóvel Legal em Valinhos. A proposta prevê um painel digital para consulta de dados cadastrais, débitos de IPTU e DAEV, taxas, multas e possíveis pendências dos imóveis. A ferramenta também permitirá corrigir informações e buscar a regularização voluntária, evitando autuações e conflitos. O projeto está em análise nas comissões permanentes da Câmara, sem data definida para votação. A Prefeitura poderá comunicar divergências pelos canais oficiais e Domicílio Tributário.

S. Bárbara d'Oeste cobra a falta de lancetas na rede

O vereador Rony Tavares solicitou esclarecimentos à Prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste sobre a falta de lancetas para testes de glicemia na rede municipal. O requerimento questiona o desabastecimento, a quantidade de insumos adquiridos e distribuídos, a previsão de reposição dos estoques e as medidas para evitar que pacientes recorram a agulhas inadequadas durante o monitoramento diário da glicose.

Corpo de Bombeiros

Vinhedo promoveu a participação de 96 alunos do 4º ano do Ensino Fundamental em programa educativo do Corpo de Bombeiros. As atividades abordaram a identificação de situações de risco e a prevenção de acidentes. Com quatro horas-aula por turma, a iniciativa busca tornar os estudantes multiplicadores de orientações de segurança entre a comunidade.

Ecoponto de Pneus

Vinhedo implantou um Ecoponto de Pneus para receber sem custo materiais sem condições de uso. O espaço funciona das 8h às 16h, na Rua Dr. Marino Costa Terra, 1358. A iniciativa já busca evitar o descarte irregular, reduzir possíveis criadouros do mosquito da dengue e garantir a destinação ambientalmente adequada dos pneus.

Fundo Solidário

O Festival Pedreira 130 anos arrecadou cerca de mil litros de leite durante os shows realizados em 30 e 31 de outubro. As doações foram encaminhadas ao Fundo Social de Solidariedade e serão destinadas a famílias cadastradas nos programas sociais do município e entidades como o Lar dos Velhos e a Apae, além de outras instituições.

kits de armas Taser

Paulínia recebeu 85 kits de armas de eletrochoque (Taser) e 850 cartuchos para a Guarda Civil Municipal. Os equipamentos ampliam as opções de atuação dos agentes. Em uma segunda etapa, estão previstos espargidores de pimenta e duas viaturas semiblindadas. A aquisição integra o Programa Município Mais Seguro, do Ministério da Justiça.

Pontes interditadas

A Ponte dos Tempranos, sobre o Rio Capivari, foi interditada em Monte Mor para reparos após a cheia deslocar o apoio central e danificar as cabeceiras. A Prefeitura prevê concluir os serviços e liberar a passagem na segunda-feira. Até lá, moradores devem usar a Estrada do Rio Acima para acessar o bairro Estância dos Reis no período de obras.

Febre maculosa

Paulínia confirmou a primeira morte por febre maculosa em 2026. A vítima é uma mulher de 45 anos, que morreu em 1º de novembro. A confirmação laboratorial ocorreu no dia 11. O local provável de infecção é a Lagoa do Santa Terezinha. Em 2025, o município não registrou casos da doença. A Vigilância em Saúde mantém ações de monitoramento.

DIVULGAÇÃO/ GOVERNO DE SÃO PAULO



Em 2025, foram atendidos 228 municípios, com R$ 475 mi em contratos

Fehidro prevê R$ 46,8 mi em ações na Região de Campinas

Propostas incluem drenagem urbana e proteção dos recursos hídricos na RMC

Da **Redação**

A região de Campinas tem 54 projetos indicados para receber recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), com R$ 46,8 milhões solicitados para 2026. As propostas abrangem drenagem urbana, gestão da demanda, proteção dos mananciais, educação ambiental e melhoria da qualidade da água. O valor corresponde aos pedidos apresentados, não necessariamente a meios já liberados.

Entre as iniciativas estão planos de controle de erosões em Mogi Mirim e de drenagem urbana na cidade de Águas da Prata, subtituição de hidrômetros em Itapira, combate às perdas no abastecimento em Conchal e restauração ecológica de afluentes em Mococa. Desde 2023, mais de R$ 180,4 milhões foram investidos na região em ações de esgotamento sanitário, manejo de resíduos, planejamento e gestão hídrica.

Todo o Estado, os comitês de bacias indicaram cerca de R$ 414,7 milhões em projetos neste ano. Foram selecionadas 421 propostas. Ações de qualidade da água representam 36% da demanda, enquanto drenagem e prevenção de eventos hidrológicos extremos correspondem a 22%. Para Cristiano Kenji, subsecretário da Semil, o fundo ajuda municípios a ampliar a segurança hídrica, melhorar a qualidade da água e prevenir problemas como alagamentos.

Desde 2023, o Fehidro contratou 1.297 empreendimentos, com cerca de R$ 1,19 bilhão, em 338 municípios paulistas. Em 2025, foram atendidos 228 municípios, com R$ 475 milhões em contratos. Os recursos priorizam esgotamento sanitário, drenagem, planejamento hídrico e controle de perdas.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica reúnem Estado, municípios e sociedade civil para definir prioridades de gestão da água. Os projetos devem seguir as metas dos planos de bacia de cada região. Prefeituras e entidades interessadas precisam procurar a Secretaria Executiva do comitê regional para consultar prazos, critérios e documentos.

Podem concorrer órgãos públicos, concessionárias de serviços públicos, consórcios intermunicipais e entidades privadas sem fins lucrativos. As regras estão disponivel no site: semil.sp.gov.br/srhsb/fehidro-fundo-estadual-de-recursos-hidricos.

CORREIO DAS REGIÕES

WALMIR GERENA/DRONE TERAPIA CHANNEL



Incêndio em fábrica de produtos químicos de Salto é controlado

Incêndio em fábrica de Salto é controlado após 54 horas

O incêndio que atingiu a fábrica da Pyrozzar Pirosol, na sexta-feira, em Salto (SP), levou 54 horas para ser totalmente contido, com o rescaldo encerrado pelo Corpo de Bombeiros na tarde de domingo (15). Ao todo, 12 pessoas ficaram feridas e foram levadas a hospitais da região e da capital após uma segunda explosão, mais forte que a primeira, atingir bombeiros, agentes da Defesa Civil e um vereador durante o combate às chamas na última sexta-feira (13). De acordo com a Polícia Civil, a primeira detonação ocorreu às 10h30 em um tanque químico, e a segunda às 11h25. Em nota, a empresa informou que dois diretores seguem internados com quadro clínico estável — um na UTI em Salto e outro no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo — e criou um comitê de crise. A Polícia Científica pericia a área para apontar as causas do acidente e identificar os produtos químicos envolvidos.

Idosa perde R$ 150 mil em golpe em Jundiaí

Psicóloga de 68 anos perdeu mais de R$ 150 mil em Jundiaí (SP) após cair no golpe do falso delegado e do falso gerente de banco. Segundo o boletim de ocorrência registrado no domingo (15), um suspeito entrou em contato por aplicativo fingindo ser delegado, alegou clonagem de cartão e a convenceu a transferir R$ 30 mil para supostamente rastrear criminosos. Nos dias seguintes, outro homem, passando-se por gerente bancário, pediu novos depósitos com promessa de restituição. O caso é investigado.

BRUNO SANTOS/FLICKR/GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



O caso está sendo investigado pela Polícia Civil de Jundiaí

Sabesp instala ultrafiltração em Itapeva

A Sabesp iniciou no último sábado (14) a instalação de um sistema de ultrafiltração na Estação de Tratamento de Água (ETA) Aranha, em Itapeva, após a detecção de um parasita na rede. A tecnologia, que retém microrganismos e já opera na ETA Pilão d'Água desde o dia 8, deve funcionar na segunda unidade na próxima semana. A cidade decretou calamidade pública no dia 6 devido à contaminação, que causou mais de 4 mil casos de gastroenterite. A companhia mantém 18 pontos de água potável e suspendeu as tarifas até 5 de dezembro.

Artesp prorroga prazo para linhas de ônibus

A Artesp prorrogou até 19 de novembro o prazo para empresas manifestarem interesse em operar trechos intermunicipais hoje desatendidos em São Paulo, incluindo 19 trajetos partindo de Sorocaba. O chamamento público emergencial busca suprir rotas sem serviço regular, sobretudo rumo à Alta Paulista. As propostas devem ser protocoladas no Portal SEI/SP, com desempate por qualidade e frota mais nova.

Curso em Itapeva

Sebrae-SP realiza hoje (17), em Itapeva, uma capacitação gratuita sobre criação de anúncios no TikTok. O curso orienta empreendedores a explorar recursos da rede social para atrair clientes e ampliar vendas. A atividade ocorre no escritório local rua Ariovaldo Queiroz Marques, 100, Centro e exige inscrição prévia pelo formulário.

Novas regras do BAS

O Banco de Alimentos de Sorocaba (BAS) definiu novas regras para entregar cestas da campanha Natal Sem Fome 2026. A entrega seguirá cronograma, priorizando entidades já atendidas pela rede. As organizações devem preencher um formulário online para pedir os kits. O atendimento dependerá do total arrecadado pelo SMetal.

Mapeamento cultural

O Sebrae-SP realiza o mapeamento de artistas, produtores e empreendedores da economia criativa em 28 municípios da região de Sorocaba (SP), incluindo Votorantim (SP). A iniciativa do programa CRIE busca identificar demandas do setor para direcionar capacitações e orientar sobre planejamento e gestão de projetos culturais da região.

Câmara de Votorantim

A Câmara Municipal de Votorantim (SP) aprovou projeto de lei que prevê o fornecimento de protetores auriculares para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede municipal de ensino. A medida visa reduzir impactos da hipersensibilidade auditiva e facilitar o aprendizado em sala de aula. A proposta segue para análise do Executivo.

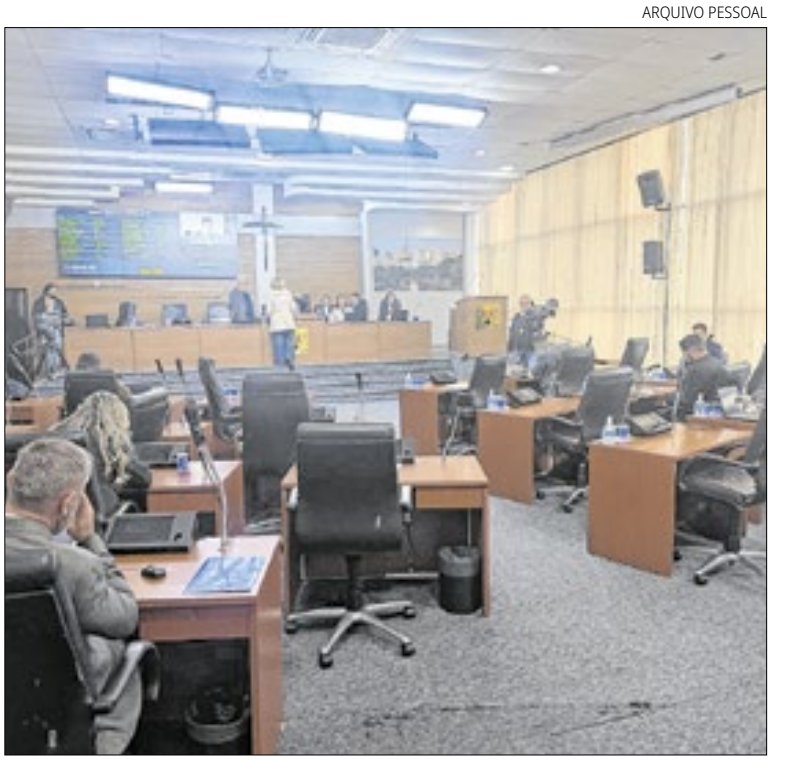
Saúde em Jundiaí

A Faculdade de Medicina de Jundiaí (FMJ) realizará, em 5 de dezembro, a 27ª edição de sua campanha gratuita de prevenção ao câncer de pele. O atendimento ocorrerá das 8h às 14h, por ordem de chegada, no Ambulatório de Especialidades, na Vila Arens. A ação visa orientar sobre os sinais da doença e promover a detecção precoce.

"Os cultivadores da terra"

Hstoriador de itu Leonardo Silveira lançou a obra "Os cultivadores da terra", que reconstitui a vida rural paulista entre 1869 e 1914. Baseado na trajetória da família Rodrigues da Silveira, o livro detalha a formação do bairro do Varejão, entre Itu e Sorocaba, destacando relações de trabalho, cultura material e a presença de grupos da região.

ARQUIVO PESSOAL



Vereadores em sessão no plenário da Câmara Municipal de Sorocaba

Câmara de Sorocaba vota orçamento de R$ 6,4 bi nesta terça

Educação e Saúde concentram maiores fatias da receita de 2027.

Da **Redação**

A Câmara Municipal de Sorocaba (SP) vota nesta terça-feira (17), às 9h, em primeira discussão, o Projeto de Lei nº 339/2026, que estabelece a Lei Orçamentária Anual (LOA) do município para 2027. De autoria do Executivo, a proposta estima uma receita de R$ 6,436 bilhões para o próximo exercício financeiro e será o único item na pauta da 73ª Sessão Ordinária, conforme determina o Regimento Interno da Casa de Leis.

Do montante total previsto para as administrações direta e indireta, R$ 4,404 bilhões correspondem ao Orçamento Fiscal e R$ 2,032 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, que reúne saúde, previdência e assistência social. Entre as pastas, a Secretaria da Educação concentra a maior fatia de recursos, com R$ 1,234 bilhão, seguida pela Secretaria da Saúde, com R$ 1,129 bilhão. Na sequência aparecem Mobilidade (R$ 563,8 milhões), o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (R$ 497,1 milhões) e a Fazenda (R$ 471,1 milhões).

Conforme a justificativa, a Prefeitura de Sorocaba assegura o cumprimento dos pisos constitucionais nas áreas essenciais, projetando a aplicação de 27,87% das receitas de impostos na educação (R$ 998,8 milhões) e 22,84% na saúde (R$ 814 milhões), índices acima dos mínimos obrigatórios de 25% e 15%, respectivamente.

Antes de chegar ao plenário, o projeto recebeu parecer favorável com ressalva da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e Parcerias. O colegiado apontou inconstitucionalidade no parágrafo 3º do artigo 9º, dispositivo que autoriza o Poder Executivo a remanejar, por decreto próprio, verbas anuladas por vetos orçamentários sem autorização legislativa prévia.

Além disso, os parlamentares também apresentaram 477 emendas nesta primeira etapa. Após análise técnica, a Comissão de Economia recomendou a aprovação de 299 propostas, o arquivamento de 148 por inconsistências documentais ou orçamentárias — incluindo o estouro do teto individual para emendas na saúde — e a rejeição de 30. Se o documento for aprovado em primeira discussão, o texto ainda passará por segunda votação antes da sanção.

CORREIO ECONÔMICO

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Estudo aponta desafios para ampliar investimentos

Economia circular movimenta até R$ 90,7 bilhões no Brasil, diz CNI

A economia circular movimenta entre R$ 31 bilhões e R$ 90,7 bilhões no Brasil, segundo levantamento inédito da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Apresentado na COP31, na Turquia, o estudo Financiamento para a Economia Circular na Indústria Brasileira, mostra que o país tem um mercado de finanças sustentáveis estimado em R$ 884 bilhões. Segundo a CNI, os recursos destinados à circularidade representam entre 3,5% e 10,3% desse total. O percentual é superior à média mundial, de aproximadamente 2%. Apesar do volume de investimentos, a pesquisa identifica um desequilíbrio na distribuição dos recursos. A maior parte está concentrada em iniciativas de reciclagem, gestão de resíduos e recuperação de materiais, enquanto projetos voltados à prevenção do desperdício, ao desenvolvimento de sustentáveis e ao reaproveitamento de insumos recebem uma parcela menor.

Brasil alcança meta de turismo internacional

O Brasil superou a meta de atração de turistas internacionais de 2026 com dois meses de antecedência. O Ministério do Turismo divulgou nesta segunda-feira (16) que, de janeiro a outubro, o país recebeu 7.594.425 visitantes estrangeiros, volume que supera o objetivo anual de 7,5 milhões de viajantes.

A meta foi estabelecida pelo Plano Nacional de Turismo (PNT) 2024-2027, e o resultado alcançado até outubro manteve o patamar recorde de 2025.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



De janeiro a outubro, país recebeu 7.594.425 visitantes

Projeções para inflação e crescimento reduzem

O mercado financeiro reduziu as projeções para a inflação e o crescimento da economia brasileira em 2026. Ao mesmo tempo, elevou a estimativa para a cotação do dólar no fim do próximo ano. A previsão para a taxa básica de juros (Selic) permaneceu estável. As estimativas das instituições financeiras constam do Boletim Focus divulgado nesta segunda-feira (16) pelo Banco Central. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, caiu de 5,22% para 5,11% em 2026.

Previsões sobre o PIB e câmbio

Já a previsão para o Produto Interno Bruto (PIB), soma dos bens e serviços produzidos no país, recuou de 1,75% para 1,72% em 2026. Foi a quinta redução consecutiva da estimativa para o crescimento econômico no próximo ano. Para 2027, a projeção caiu de 1,15% para 1,02%.

A cotação do dólar no fim de 2026 passou de R$ 5,35 para R$ 5,40. Para 2027, a expectativa subiu de R$ 5,40 para R$ 5,45.

Bolsa Família I

A Caixa Econômica Federal começa a pagar a parcela de outubro do Bolsa Família. Recebem na segunda os beneficiários com Número de Inscrição Social de final 1. Neste mês, 19,1 milhões de famílias serão beneficiadas. Por causa do aumento recente nos benefícios, o valor da folha de pagamentos está em R$ 15 bilhões em novembro.

Bolsa Família II

Os moradores de 112 municípios de oito estados recebem o crédito. O pagamento unificado beneficiou localidades em situação de emergência ou em estado de calamidade pública nos seguintes estados: Amazonas (13), Minas Gerais (1), Piauí (22), Paraná (41), Rio Grande do Norte (10), Roraima (6), São Paulo (4) e Sergipe (5).

Pessoas com deficiência I

O Programa Nacional de Inclusão Produtiva para Agentes Públicos vai oferecer formação gratuita e certificada a 3 mil profissionais.

O objetivo é preparar órgãos públicos para identificar e eliminar barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência no acesso a serviços, oportunidades de trabalho e participação social.

Pessoas com deficiência II

O programa terá duração de três anos, com mil participantes por edição. Do total de vagas, 2,7 mil serão destinadas a agentes das administrações federal, estaduais, distrital e municipais. Outras 300 serão reservadas a profissionais do Banco do Brasil, que poderão aplicar o conhecimento em ações de diversidade e inclusão socioprodutiva.

Minerais críticos I

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou neste domingo (15), nas Filipinas, que o Brasil pretende atrair investimentos para a exploração e a industrialização de minerais críticos e terras raras, em uma estratégia que, segundo ele, pode ampliar a inserção do país nas cadeias produtivas ligadas à transição energética.

Minerais críticos II

A declaração foi feita após a abertura da Cúpula da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), em Manila. "Queremos ser parceiros definitivos da Asean", diz Lula.

No discurso aos líderes do bloco, o presidente defendeu o aprofundamento das relações entre o Mercosul e os países do Sudeste Asiático.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Quedas foram de 2% no agro, 1,1% na indústria e 0,5% em serviços

Atividade econômica tem queda de 0,9% no 3º trimestre

Em setembro, o indicador ficou negativo em 0,2%, aponta BC

Da **Redação**

A atividade econômica no Brasil registrou queda no terceiro trimestre, de acordo com informações divulgadas nesta segunda-feira (16) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) teve redução de 0,9% de julho a setembro em relação ao trimestre anterior (abril a junho), de acordo com dados dessazonalizados (ajustados para o período).

As quedas foram de 2% na agropecuária, 1,1% na indústria e 0,5% em serviços.

Em comparação ao terceiro trimestre de 2025, houve aumento de 0,7% no indicador, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais.

Considerando apenas o mês de setembro deste ano, o IBC-Br teve redução de 0,2% em relação a agosto, em dados com ajuste sazonal, com alta de 1,2% na agropecuária e quedas de 0,4% na indústria e 0,1% em serviços. Na comparação com o mesmo mês de 2025, não houve variação.

Nos último 12 meses, o indicador avançou 1,4%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução o ritmo da economia do país e incorpora informações sobre o nível de atividade na indústria, comércio e serviços e agropecuária, além do volume de impostos.

O índice ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre os juros básicos da economia, a Taxa Selic, definida atualmente em 13,75% ao ano. A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação.

Divulgado mensalmente, o IBC-Br emprega uma metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país), que é o indicador oficial da economia brasileira medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o próprio BC, o índice é complementar ao PIB. "Enquanto o PIB oferece uma visão consolidada da economia, o IBC-Br ajuda a entender o 'agora' da atividade econômica", explica a autarquia.

No segundo trimestre deste ano, o PIB cresceu 0,5% na comparação com o primeiro trimestre. Em relação ao segundo trimestre de 2025, o conjunto dos bens e serviços produzidos no país apresenta alta de 2%.

Em 2025, a economia brasileira cresceu 2,3%, o quinto ano seguido de crescimento.

CORREIO ESPORTIVO

POR **PEDRO SOBREIRO**

LUCIANA VERMELL/CBF



Internacional venceu as meninas do Flamengo por 1 a 0 e levou a taça

Internacional bate o Flamengo e é campeão da Copa do Brasil Feminina

O Internacional é o campeão da Copa do Brasil Feminina 2026. As Gurias Coloradas conquistaram o título inédito diante de 20.097 torcedores, que compareceram à decisão na tarde deste domingo (15) no Beira-Rio, em Porto Alegre, para ver ss donas da casa venceram por 1 a 0, com um placar agregado de 4 a 1, ao ampliarem a vantagem de dois gols sobre o Flamengo no jogo de ida, na quarta-feira (11), no estádio Luso-Brasileiro, no Rio de Janeiro.

As Gurias Coloradas começaram a partida com Sole Jaimes e Valéria puxando o ataque e criando mais oportunidades. Diante do ritmo imposto pelo Internacional, o Flamengo só conseguiu chegar na área com maior perigo aos 15 minutos, mas a bola foi fraca e a goleira pegou com tranquilidade.

A melhor finalização rubro-negra no primeiro tempo foi com Jucinara aos 25 minutos.

Fla joga bem, mas não supera as Coloradas

A lateral esquerda chutou forte após uma confusão na pequena área, mas a goleira Barbieri fez boa defesa, afastando por cima do gol. A partir daí, as Meninas da Gávea assumiram mais a posse de bola, dando equilíbrio ao jogo. Aos 31 minutos, Sole Jaimes fez a torcida presente vibrar, ao balançar a rede depois de Bianca cabecear uma bola alçada na área a partir de uma cobrança de falta, mas o lance foi revisado e o gol, anulado. Com mais disputas, Pati Llanos e Cristiane receberam cartões amarelos.

LUCIANA VERMELL/CBF



Final da Copa do Brasil Feminina 2026 reuniu 20.097 torcedores

Gols e substituições agitaram o segundo tempo

Na volta do intervalo, Celso Silva fez modificações no time rubro-negro: colocou Brendha e Fabi Simões no lugar de Mariana Fernandes e Fernandinha, respectivamente. As coloradas conseguiram ampliar a vantagem aos 13 minutos do segundo tempo, com Pati Llanos. Em um contra-ataque eficiente, Barbieri lançou uma bola longa para Sole Jaimes, que brigou no meio de campo e fez bom passe para Valéria avançar pela direita e deixar Pati Llanos em condição de só empurrar para o fundo do gol.

Emoção até o último lance do jogo

Na tentativa de diminuir a desvantagem, o técnico do Flamengo fez mais substituições, com a entrada de Sofia Couto, Laysa Costa e Fabiola Sandoval. Fred Constantino também mexeu no time, colocando Joana, Mayara Vaz, Caty, Sarah Maciel e Paulinha no jogo. As Gurias Coloradas tiveram mais chances, assim como Laysa, Djeni e Cristiane, do lado adversário. Um gol da atacante do Fla, aos 45 do segundo tempo, também foi anulado.

Mudança de mentalidade

O atacante Vinicius Junior destacou o aprendizado da Seleção Brasileira nos amistosos desde a Copa do Mundo, em entrevista coletiva nesta segunda (16). Consciente da pressão e da necessidade de resultados, ele enfatizou a importância da comissão técnica testar novos jogadores na equipe, e que ele deve assumir a responsabilidade.

Assumir a responsabilidade

Aos 26 anos, o camisa 7 é o atleta com mais jogos nesta Data FIFA, com 58. Chamado pela primeira vez em 2019, hoje soma cerca de 3.950 minutos em campo pela Amarelinha e reconhece a responsabilidade que ele e outros experientes têm que assumir, enquanto outros atletas dão seus primeiros passos na Seleção Brasileira.

Deixar os jovens livres

"Os mais jovens têm que vir para cá curtir, desfrutar e jogar sem responsabilidade. Eu já joguei duas Copas do Mundo e a responsabilidade maior tem que ser minha por ter bagagem maior, por ser um dos melhores do mundo", afirmou o camisa 7 da Seleção Brasileira e do Real Madrid, durante a coletiva de imprensa em Singapura.

Evoluir e aprender

"Já posso assumir esse papel [de referência] para que jovens como Endrick, Estevão e outros possam aprender e evoluir para que eu, Raphinha, Marquinhos, Magalhães e Bruno Guimarães defendam e assumam essa responsabilidade", frisou Vinicius Junior. Ele também falou sobre a derrota para o Japão no último amistoso.

Frustração pela derrota

"Fica a frustração por não termos ganhado o jogo (contra o Japão), mas estamos em período de preparação com muitos jogadores novos. Estamos nos conhecendo, o Japão tinha 15 ou 16 jogadores da Copa do Mundo e nós não tínhamos tanto. Tem sido um bom teste e estamos aprendendo com os adversários que temos enfrentado", explicou.

Final da Copa do Mundo

De olho na Copa do Mundo de 2030, que será realizada majoritariamente na Espanha, Marrocos e Portugal, o presidente da RFEF (Real Federação Espanhola de Futebol) Rafael Louzán afirmou que "não existe outro plano que não seja a final ser na Espanha". Ele fez essa afirmação contra os rumores de que a FIFA poderia levar a final para o Marrocos.

RAFAEL RIBEIRO/CBF



Brasil enfrentará a seleção de Singapura pela primeira vez na história

Seleção Brasileira se despede de 2026 contra Singapura

Ano melancólico termina nesta terça (17), em amistoso contra os donos da casa

Da **Redação**

O Brasil disputa seu último jogo em 2026 nesta terça-feira (17), diante de Singapura, às 7h (de Brasília), no Estádio Nacional de Singapura. Além de encerrar os compromissos da Amarelinha neste ano, a partida representa também o primeiro embate na história entre as seleções.

Para este jogo, o técnico Carlo Ancelotti não poderá estar à beira do campo, pois recebeu cartão vermelho no fim do amistoso com o Japão, no sábado (14). O auxiliar técnico Francesco Mauri irá substituí-lo na beira do gramado. Já Bruno Guimarães assumirá a braçadeira de capitão no lugar de Raphinha, também suspenso após expulsão.

Entre os nomes confirmados por Ancelotti para o inédito confronto, estão Rayan, que será testado no meio de campo. No ataque, o Brasil terá Vinicius Jr., Estêvão e Endrick.

– Nós estamos em um período em que estamos fazendo testes, tomando em consideração que cada jogo para nós é muito importante. Então, nós vamos fazer alguns testes também no jogo (contra Singapura), mas a prioridade é jogar bem primeiro e ter um bom resultado, respeitar o time oponente – comentou Carlo Ancelotti, em entrevista coletiva nesta segunda-feira (16).

A Seleção vem da derrota sofrida para a seleção do Japão por 3 a 2, em duelo que teve dois golaços de Vinicius Jr., fazendo com que o camisa 7 chegasse a 100 gols marcados com a camisa verde e amarela. O adversário desta terça, Singapura, também perdeu seu último confronto, no amistoso contra o Paraguai, por 4 a 1 na sexta-feira (13). No entanto, como todos já sabem, Singapura não é parâmetro de adversário para seleções que sonham com algo grande. Independentemente do resultado, a intenção deste amistoso é testar opções para Ancelotti, visando a Copa América.

Vale destacar que o técnico italiano não vem de um 2026 proveitoso. Após a eliminação para a Noruega na Copa do Mundo, a Seleção Brasileira vem apresentando um futebol com ainda menos brio e esquema tático em campo. A sensação de um time à deriva vem incomodando torcedores, que cobram bem mais que resultados: cobram estilo de jogo.

O amistoso terá transmissões ao vivo de TV Globo (TV aberta), sportv (tv à cabo), ge tv e Globoplay (streaming). Dentro de campo, a equipe de arbitragem será tailandesa.

CORREIO
NO MUNDO

RED CROSS, PUBLIC DOMAIN, VIA WIKIMEDIA COMMONS



Projeção de guerra com a Rússia ligou alerta nos governos europeus

Europa pede que população prepare kits de sobrevivência

O governo do Reino Unido decidiu pedir à população que se prepare para o pior. Desde 22 de outubro, uma campanha nacional batizada de "Be Ready" (esteja pronto) orienta os moradores a montar, em casa, um kit de emergência: água engarrafada e comida não perecível para três dias, lanterna, rádio a pilha ou de manivela, kit de primeiros socorros, dinheiro em espécie, cópias de documentos pessoais, entre outros itens.

No material oficial, o pretexto é climático e de infraestrutura: ondas de calor, secas e enchentes capazes de interromper o fornecimento de água, luz e telefone. O texto da campanha não menciona guerra ou conflito armado.

Quem fez a ponte com a guerra foi o secretário de Defesa, Wes Streeting, que passou a citar publicamente ciberataques e conflito armado entre os riscos a enfrentar.

Vendas de produtos do kit aumentaram

Dois dias depois do lançamento, em artigo no jornal The Daily Telegraph, ele escreveu que o Reino Unido tem pouco mais de mil dias para se preparar para lutar ao lado de aliados, já que adversários, leia-se a Rússia, podem reunir até 2030 capacidade militar e econômica suficiente para um ataque. Dez dias depois do lançamento, segundo levantamento da consultoria Worldpanel by Numerator, as vendas de álcool em gel saltaram 83% no Reino Unido, as de água engarrafada subiram 67% e as de alimentos enlatados, 37%, na comparação com 2025.

UK GOVERNMENT, OGL 3, VIA WIKIMEDIA COMMONS



Wes Streeting escreveu artigo que ligou o alerta na população

Outros países da Europa estao aderindo

A rede Princes, fabricante de enlatados, confirmou alta na procura por atum, carne e vegetais em conserva. Não houve corrida ao pânico: "o crescimento veio de mais gente acrescentando os itens recomendados à compra semanal, não de carrinhos lotados", disse Fraser McKevitt, chefe de inteligência de varejo e consumo da Worldpanel.

A campanha segue o padrão já adotado por França, Irlanda e Holanda, que recomendam aos cidadãos o mesmo horizonte de três dias de autossuficiência.

Comissão Europeia apresenta diretrizes

Segundo o ministro britânico de Segurança, Dan Jarvis, isso deve colocar o país "em linha com os pares europeus, onde esse tipo de orientação já é parte normal da vida cotidiana".

A urgência britânica ecoou em Bruxelas. Em 3 de novembro, apenas 12 dias após o lançamento do "Be Ready", a Comissão Europeia apresentou suas próprias diretrizes para a preparação da população no Fórum Europeu de Proteção Civil.

Acessibilidade de avisos

O documento, assinado pela comissária de Igualdade, Preparação e Gestão de Crises, Hadja Lahbib, recomenda aos 27 países do bloco que ajudem os cidadãos a se manterem autossuficientes nas primeiras 72 horas de uma crise, além de integrar o tema aos currículos escolares desde a educação infantil e tornar a comunicação de riscos mais acessível.

Dia Europeu da Preparação

A Comissão também propôs um Dia Europeu da Preparação, que deve ser celebrado todo 23 de outubro a partir de 2027. "A preparação começa em nossas casas, em nossas escolas, em nossas comunidades", afirmou Lahbib. O mesmo movimento aparece na reorganização dos exércitos que integram o bloco europeu.

Exército alemão

A Alemanha, que extinguiu o serviço militar obrigatório em 2011, criou em janeiro um novo sistema: todo jovem alemão ao completar 18 anos passa a receber um questionário obrigatório sobre disponibilidade para servir. O alistamento em si segue voluntário por enquanto no país, mas pode mudar muito em breve.

Alistamento feminino

A lei já prevê que o Parlamento possa decretar recrutamento compulsório caso as metas de recrutamento voluntário — elevar a reserva militar de 100 mil para 200 mil efetivos e ampliar o total de forças mobilizáveis do país para 460 mil soldados — não sejam atingidas. A Dinamarca passou recentemente a incluir mulheres no alistamento militar obrigatório.

Guerra híbrida

A chamada guerra híbrida, na qual o agressor camufla sua identidade em atos menores, como sabotagem, tem espaço diário na imprensa. Em 2 de novembro, redes de supermercados na Suécia, Bélgica e em outros países europeus informaram que tiveram freezers e geladeiras atacados por hackers, com superaquecimento acima de 50°C, destruiu alimentos.

Moscou é a suspeita

Em outubro, o governo francês apontou o Irã como responsável de caso similar. Na maioria dos episódios, porém, a suspeita é a Rússia, já que o centro de pesquisa holandês contra o terrorismo, soma mais de 180 episódios desse tipo atribuídos ao país desde 2022.

Por João Caminoto (Folhapress)

KHAMENEI.IR, VIA WIKIMEDIA COMMONS



Vice-ministro das Relações Exteriores, Kazem Gharibabadi concedeu entrevista

Irã só permitirá inspeção nuclear após final da guerra contra EUA

Agência vinculada à ONU pediu que Irã permita visita de inspetores aos poucos

Por **Folhapress**

O regime do Irã somente permitirá que os inspetores da ONU visitem suas instalações nucleares danificadas caso aconteça o fim da guerra em curso no Oriente Médio, com os Estados Unidos aceitando suas condições, disse o vice-chanceler do país.

A AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica) pediu na semana passada a Teerã que adotasse "passos graduais" para permitir o acesso de inspetores às suas instalações nucleares, algo que está suspenso desde a Guerra dos 12 Dias, travada com Israel em junho de 2025.

"Não concederemos à AIEA acesso às instalações até que as condições do Irã sejam cumpridas e a guerra tenha terminado de forma permanente", disse o vice-ministro das Relações Exteriores, Kazem Gharibabadi, em uma entrevista no domingo (15). As instalações nucleares iranianas foram severamente bombardeadas no conflito do ano passado, que também teve a participação dos EUA.

A infraestrutura foi novamente atingida na guerra começada em 28 de fevereiro deste ano, com os ataques conjuntos de americanos e israelenses que mataram o então líder supremo Ali Khamenei.

Inspetores da AIEA visitaram em setembro a usina nuclear de Bushehr, mas não obtiveram acesso a outros locais bombardeados, como Natanz, Fordo ou Isfahan.

Gharibabadi disse que o pedido da agência para inspecionar as instalações "provavelmente tinha como objetivo avaliar a eficácia do armamento americano".

A organização teme que o regime iraniano esteja enriquecendo urânio com o intuito de se tornar o décimo país conhecido a possuir bombas nucleares.

Em uma entrevista à Folha de SP em junho, o diretor-geral da agência, Rafael Grossi, afirmou que é importante que Teerã cumpra suas obrigações ante o Tratado de Não Proliferação Nuclear.

"Desde [os ataques americanos ao programa nuclear iraniano em 2025], nós não tivemos acesso a essas instalações. É importante estabelecer que o Irã está cumprindo suas obrigações ante o Tratado de Não Proliferação Nuclear", afirmou.

Segundo a agência, é impossível saber se o Irã está buscando algum uso bélico para os 441 kg de urânio enriquecido que seus técnicos estimam estar em mãos do regime dos aiatolás. O país acusa o diretor-geral de ser conivente com as decisões americanas, o que Grossi nega.

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

Repórter do Correio da Manhã concorre ao VII Prêmio SBIm

ARQUIVO/ CM



O texto enfatizou a relevância da vacina contra o vírus sincicial

A repórter Isabel Dourado, do Correio da Manhã, é uma das três finalistas do VII Prêmio SBIm de Jornalismo em Saúde. A reportagem "Vacinação em gestantes: um ato duplo de amor", publicada em 29 de setembro, tratou da importância da imunização como gesto de carinho entre a mãe e o bebê, por proteger duas vidas. O texto enfatizou a relevância da vacina contra o vírus sincicial respiratório, principal causador da bronquiolite em bebês e crianças com menos de 2 anos de idade. Promovida pela Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm) em parceria com a OPAS e a Febrasgo, a premiação abordou o tema "Vacinação da gestante: proteção para a mãe e o bebê". Os vencedores serão anunciados no dia 18 de novembro, em São Paulo. O Prêmio SBIm de Jornalismo em Saúde foi criado em 2009 com os objetivos de estimular a produção de reportagens sobre imunizações e de reconhecer o valor dos profissionais de comunicação, essenciais para a saúde.

Estado do Rio avalanca o turismo no Brasil

O estado do Rio atingiu a marca de 2 milhões de turistas internacionais já em outubro: 2.004.519 entradas, alta de 11,6% em relação ao recorde anterior para o período, de 1.796.520 em 2025. Em três anos, as chegadas internacionais pelo Rio mais que dobraram. Considerando sempre o período de janeiro a outubro, o estado passou de 948.563 entradas em 2023 para 1.206.864 em 2024. Em 2025, o total chegou a 1.796.520 e, neste ano, ultrapassou os 2 milhões. O crescimento acumulado desde 2023 foi de 111,3%.

DIVULGAÇÃO/ MTUR



Rio bate 2 milhões de turistas estrangeiros antes do fim do ano

País passa de R$ 5 trilhões em despesas públicas

O Brasil ultrapassou a marca de R$ 5 trilhões em despesas públicas em 2026, segundo dados da plataforma Gasto Brasil, criada pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, em parceria com a Associação Comercial de São Paulo. A distribuição dos valores mostra que o Governo Federal concentra a maior parcela das despesas, com R$ 2,369 trilhões (47%). Os estados e o Distrito Federal somam R$ 1,350 trilhão (26,8%), enquanto os municípios registram R$ 1,309 trilhão (26%). Juntas, as três esferas representam aproximadamente R$ 5,028 trilhões.

Friburgo instala painel eletrônico de ônibus

Os passageiros do transporte público de Nova Friburgo passaram a contar com uma nova ferramenta para acompanhar a chegada dos ônibus. A Subsecretaria de Serviços Concedidos, vinculada à Secretaria de Governo, colocou em funcionamento, na última sexta-feira (13), o primeiro painel eletrônico de monitoramento da frota em tempo real. O equipamento permite que os passageiros consultem a previsão de chegada dos ônibus.

Tecnologia de ponta

O primeiro painel foi instalado na Rua Comandante Ribeiro de Barros, em frente à Wermar, na região central da cidade, e faz parte das ações de modernização do Sistema Partiu. A tecnologia apresenta informações sobre as linhas de ônibus que atendem aquele ponto específico e o tempo estimado para a chegada dos veículos.

14 painéis instalados

Além da primeira unidade, outros 14 painéis eletrônicos serão instalados em pontos de grande movimentação de passageiros, ampliando gradualmente o acesso às informações. Ao todo, Nova Friburgo contará com 15 equipamentos distribuídos em locais estratégicos do transporte coletivo municipal.

Chuvas na Serra

A Defesa Civil de Teresópolis, realizou, no último sábado (14), um simulado de mobilização na Capela São José, no Corta Vento. A atividade teve como objetivo avaliar e fortalecer os protocolos de resposta a situações de emergência, além de orientar a população sobre os procedimentos de segurança e as medidas que devem ser adotadas em caso de evacuação.

Homenagem

A Alerj abrirá as portas do Palácio Tiradentes, sede histórica do Parlamento fluminense, para homenagear o ex-futebolista e ídolo do Clube de Regatas do Flamengo Dejan Petkovic com a mais alta honraria do Estado: a Medalha Tiradentes. A solenidade está marcada para esta terça-feira, dia 17, às 18h.

Causas sociais

O sérvio naturalizado brasileiro, além de brilhar dentro de campo, também construiu sólida trajetória fora dele usando sua imagem em prol de causas sociais. Presença certa em jogos beneficentes, leilões e eventos esportivos para juntar doações e apoiar instituições carentes, Pet busca integrar projetos sociais e iniciativas de apoio ao esporte.

Engenhão

Mais do que a casa do Botafogo, o Estádio Olímpico Nilton Santos representa um importante espaço de memória, convivência e identidade para os moradores da Zona Norte do Rio. Inaugurado em 2007, o local reúne histórias de torcedores, atletas e frequentadores que encontram no local muito mais do que um espaço dedicado ao futebol.

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



Na expectativa de anúncio dos ministros, partidos reinvidicam ministérios

Centrão pressiona Lula por mais espaço no novo governo

Partidos querem ministérios de peso, mas resistem à cobrança de fidelidade

Por **Beatriz Matos**

A disputa por cadeiras na Esplanada dos Ministérios chega a uma nova fase com o retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a Brasília. A principal divergência entre governo e Centrão já está na mesa, o Palácio do Planalto quer compromissos de voto antes de entregar ministérios, enquanto dirigentes partidários resistem a garantir apoio integral das bancadas. O impasse pode definir não apenas a divisão de cargos, mas a capacidade de aprovação de projetos no próximo mandato.

Nesta segunda-feira (16), Lula afirmou nas redes sociais que volta ao Brasil com vontade de "estar perto do nosso povo, conversar, ouvir e trabalhar ainda mais". A expectativa dos políticos é que ele também esteja disposto a ouvir os partidos.

Durante a viagem internacional, o presidente do PT, Edinho Silva, conversou com dirigentes de MDB, PSD, PP e União Brasil. A orientação do Planalto é que a distribuição de ministérios seja acompanhada do compromisso de apoio. Lula tenta evitar a repetição de acordos que garantiram espaços nno governo atual a partidos que não acompanharam o Executivo em votações decisivas.

Do outro lado, dirigentes do centro político consideram difícil comprometer deputados e senadores de diferentes correntes com todas as propostas governistas. Discutem também o peso das pastas. O PSD quer ampliar sua participação, assim como PP, Republicanos, MDB e União Brasil. Querem pastas com orçamento e capacidade de executar políticas, não apenas cargos para acomodar indicações.

Lula terá de resolver disputas dentro do próprio PT. O Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelo Bolsa Família, reúne diferentes interessados.

Guilherme Boulos, atualmente na Secretaria-Geral da Presidência e em processo de mudança do PSOL para o PT, e a deputada Gleisi Hoffmann aparecem entre os cotados. A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, também é lembrada para a área social, embora tenha afirmado que ainda não recebeu convite. A equipe econômica será uma das primeiras definições. Para a Fazenda, circulam os nomes do atual ministro, Dario Durigan, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do governador do Piauí, Rafael Fonteles.

Próximo de ser aprovado no Senado, ajuste fiscal gera rachas na esquerda e no PT

Analistas avaliam que divergências apontam conflitos entre ala pragmática e ala desenvolvimentista

Por **Gabriela Gallo**

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL



Projeto batizado de 'Plano Moretti' (centro) teve como relator no Senado Eduardo Braga (esquerda)

Após aprovar o texto base do projeto de ajuste fiscal para 2027 (PLP 229/2026), o plenário do Senado votará nesta terça-feira (17) os destaques do tema. Após a Casa definir sobre os destaques, o texto seguirá para análise na Câmara dos Deputados. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), depois de se reunir na última semana com o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, se comprometeu a acelerar a tramitação do projeto e encaminhá-lo para discussão na reunião de líderes da Casa assim que for liberado do Senado. A expectativa é que o texto seja discutido pelos deputados federais ainda nesta semana.

O projeto, no entanto, gerou uma divisão dentro da esquerda e entre os aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Elaborado pela equipe econômica do governo federal, o PLP 229/2026 permite ampliar o bloqueio de despesas e limitar, em determinadas condições, o crescimento dos gastos públicos acima da inflação.

Tanto o texto quanto a rápida celeridade da tramitação desagradou membros da ala governista, que argumentam que o projeto cortará investimentos públicos e políticas sociais do governo. As críticas resultaram em uma crise interna na esquerda. Na última semana, o ministro Bruno Moretti concedeu uma entrevista a Folha de São Paulo e classificou a parte da esquerda contrária à medida como "sectária" e acusou essa ala da esquerda de "atrasar a agenda do combate a privilégios".

Em resposta, o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) classificou nas redes sociais a entrevista de Moretti como "desonesta". Disse: "Me surpreendeu ainda mais o modo autoritário de encaminhar a proposta. Os líderes do governo não foram articulados para isso, nem tampouco os líderes dos partidos mais próximos da base. Todos fomos comunicados no mesmo dia em que se pretendia votar a matéria. Penso que o ministro [Moretti] ficou irritado porque impedi que isso acontecesse na reunião da CMO [Comissão Mista de Orçamento].".

Além de Lindbergh, parlamentares do PSOL, PV, PCdoB e de alas do próprio Partido dos Trabalhadores, como Rui Falcão e Gleisi Hoffmann, tem se manifestando contra a aprovação do PLP 229. Nomes de parlamentares que tem forte atuação nas redes sociais, como Erika Hilton (PSOL-SP) e os deputados eleitos Ana Elisa (PT-MG) e Jones Manoel (PSOL-PE), também demonstraram desgastes públicos com os demais aliados do governo.

Na avaliação do economista e professor do Ibmec Brasília Renan Silva, a resistência desse setor parte tanto de críticas à tramitação acelerada como à condução sem diálogo prévio, quanto do temor de que um ajuste fiscal restritivo combinado com juros elevados provoque desaceleração econômica e desemprego. "Esse é um dos motivos que leva o grupo a defende taxar bancos, lucros, dividendos e grandes fortunas em vez de conter despesas", destacou ao Correio da Manhã.

"Essa fissura expõe histórica disputa interna do partido entre a ala desenvolvimentista, que defende a expansão do gasto público como motor do crescimento e da inclusão social, e a ala pragmática da equipe econômica, focada em ancorar as expectativas de inflação, câmbio e juros, indicando que o presidente terá de arbitrar constantemente entre as promessas de campanha e o equilíbrio fiscal", ele completou.

A reportagem também conversou com o analista político da BMJ Consultores Associados Érico Oyama. Ele afirmou que, para o grupo que diverge da proposta do Executivo, uma economia mais aquecida produz maior arrecadação, contribuindo também para melhorar a situação fiscal.

"Existe ainda uma preocupação com os efeitos sociais do ajuste. O Conselho Nacional de Saúde, por exemplo, manifestou preocupação com a possibilidade de uma redução de aproximadamente R$ 10 bilhões nos recursos mínimos destinados à saúde em 2027. É importante ressaltar que se trata de uma estimativa sobre os efeitos das mudanças nas regras fiscais, e não de um corte nominal de R$ 10 bilhões já determinado pelo projeto", ponderou Érico.

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Lindbergh classificou a condução do projeto no Congresso como autoritária

IMPACTOS

Questionado pela reportagem, o professor universitário avaliou que esse racha na esquerda tende a enfraquecer a articulação política do Planalto. "Diante de um Legislativo majoritariamente conservador e de centro-direita, o governo depende da coesão de sua base fiel de esquerda para ter poder de negociação; quando ministros e deputados governistas trocam acusações públicas e votam divididos, os partidos do centrão percebem a fragilidade da base aliada e tendem a elevar o custo político do apoio, exigindo mais cargos e emendas parlamentares para garantir a aprovação das pautas do Executivo", ressaltou Silva.

Já sobre os impactos para os eleitores, Érico Oyama ponderou que, do ponto de vista político, o período mais favorável para apresentar medidas impopulares é o período imediatamente posterior à vitória eleitoral, já que o presidente chega fortalecido pelo resultado das urnas e dispõe de maior distância temporal até a próxima eleição.

"O desafio de Lula será explicar à sociedade a necessidade do ajuste e demonstrar que o compromisso com o equilíbrio das contas públicas não significa abandonar as prioridades sociais de seu governo. O impacto sobre sua imagem dependerá tanto dos resultados econômicos quanto da capacidade de comunicação e articulação política", avaliou o analista político.

O PROJETO

O projeto visa gerar um impacto fiscal estimado entre R$ 50 bilhões e R$ 60 bilhões no próximo ano para estabilizar as contas públicas e acalmar o mercado financeiro, que demonstrou resultados pessimistas e negativos com a vitória de Lula.

Para alcançar esse resultado, a proposta reduz o limite de crescimento real dos gastos públicos acima da inflação de 2,5% para 2% exclusivamente nos anos em que houver necessidade de contingenciamento adicional. "Pelo lado das receitas, o texto promove um novo corte linear de 10% nos incentivos e benefícios tributários de diversos setores, elevando a redução acumulada de leis anteriores para até 20% — mas mantendo exceções como a desoneração da folha, semicondutores e veículos para pessoas com deficiência —, e permite que o Executivo limite temporariamente o uso de créditos tributários acumulados pelas empresas para abater impostos federais.

A proposta estabelece um prazo de 120 dias para que o Congresso regulamente o corte dos chamados supersalários no serviço público e retira R$ 10,5 bilhões gastos com subsídios ao diesel do cálculo da meta fiscal de 2026.

Em entrevista, o ministro Bruno Moretti destacou que o projeto é para "não afetar o salário mínimo". Ele ainda negou que a contenção de despesa se aplique a pisos de saúde e educação.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

O recado de Bolsonaro a Tereza Cristina e Rogério Marinho

■ Jair Bolsonaro foi impedido por Alexandre de Moraes de receber as visitas de Rogério Marinho (PL) e Tereza Cristina (PP), que disputam a preferência do campo conservador na eleição à presidência do Senado. Mas o recado que o ex-presidente queria passar aos dois senadores é o seguinte: Tereza e Marinho não podem manter a candidatura até o dia do pleito, no dia 1º de fevereiro.

■ Bolsonaro avalia que a divisão de votos dos dois candidatos tende a beneficiar Davi Alcolumbre (União Brasil), atual presidente do Senado que conta com o apoio do governo Lula e da maioria dos ministros do STF — incluindo Alexandre de Moraes — para permanecer no comando do Congresso Nacional.

■ O ex-presidente pretendia pedir a Tereza Cristina e Rogério Marinho, ministros de seu governo, que unam forças na disputa com Alcolumbre. Bolsonaro acredita que os dois parlamentares têm legitimidade para colocar suas candidaturas e que Marinho, também filiado ao PL, é comprometido com pautas que considera importantes. O ex-mandatário também demonstra apreço por Tereza Cristina.

■ Bolsonaro quer que um dos dois recue para apoiar o que tiver mais viabilidade, ou seja, mais votos dentro do Senado.

■ A eleição para a presidência do Senado será realizada por votação secreta, com a participação dos 81 senadores. Para vencer em primeiro turno,

TON MOLINA



Bolsonaro avalia que a divisão de votos dos dois candidatos tende a beneficiar Alcolumbre

o candidato precisa obter a maioria absoluta dos votos, ou seja, pelo menos 41. Caso nenhum dos concorrentes alcance esse número, haverá um segundo turno entre os dois mais votados. O presidente eleito terá mandato de dois anos, até fevereiro de 2029

"Habeas corpus não é brincadeira": STJ dá bronca em homem que ajuizou 430 ações

■ O Superior Tribunal de Justiça (STJ) repreendeu um homem que ajuizou 430 ações na Corte, incluindo 304 habeas corpus, por supostamente utilizar o Judiciário para "ganhar cinco minutos de fama" e prejudicar seu funcionamento. O episódio, que inclui uma resposta irônica do autor dos processos à advertência judicial, foi reproduzido em uma decisão da ministra Cármen Lúcia (STF).

■ "Habeas Corpus não é instrumento para brincadeira, para passar o tempo vago, para chicana judicial, para se ganhar cinco minutos de fama, para travar o funcionamento do Judiciário", afirmou o STJ.

■ A advertência não parece ter intimidado o homem. Após ser comunicado de uma decisão, ele respondeu com uma mensagem em tom de deboche, afirmando que continuava apresentando dezenas de ações à Justiça.

■ "O tempo que essa ciência foi escrita, mais de 50 HCs foram criados em um único dia. Bom Trabalho! Pois Ganha o infinito para isso!", escreveu.

■ Segundo o STJ, o homem apresentou centenas de processos mesmo sem capacidade postulatória, ou seja, sem habilitação legal para atuar em juízo nas situações que exigem representação por advogado. O tribunal apontou que parte das ações não tinha fundamento jurídico mínimo e que o comportamento comprometia o funcionamento da Justiça.

■ Vladmir Putin e Claudia Leite

■ Entre os pedidos apresentados estavam a execução dos mandados de prisão expedidos pelo Tribunal Penal Internacional contra o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu e o ex-ministro da Defesa Yoav Gallant, além de uma tentativa de impedir a participação da cantora Claudia Leitte em uma audiência pública.

■ O homem também pediu o afastamento de desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo e apresentou ações envolvendo nomeações de autoridades municipais e uma licitação do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

■ Diante da sucessão de processos, o STJ aplicou multas ao autor, incluindo uma penalidade de dez salários mínimos, e determinou a anonimização de ações consideradas desprovidas de fundamento jurídico mínimo.

■ O episódio chegou ao STF por meio de um recurso apresentado pelo homem contra uma condenação a um ano e três meses de prisão, em regime aberto, pelo crime de coação no curso do processo.

Valdemar recorre a Dino para evitar cassação de deputados do PL por suspeita de fraude eleitoral

■ O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, apresentou ao ministro Flávio Dino (STF) uma contestação para impedir a eventual cassação de mandatos de deputados estaduais do partido no Pará por suspeita de fraude à cota de gênero nas eleições de 2022. A defesa sustenta que uma decisão contrária à legenda poderia provocar a anulação de 285.138 votos e alterar a composição da Assembleia Legislativa do estado.

■ A manifestação, protocolada nesta segunda-feira (16), ocorre no âmbito de uma reclamação no STF que tenta reverter uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) favorável ao PL.

■ A controvérsia envolve a candidatura de Jeanne Farias de Brito a deputada estadual. Ela teve o registro indeferido por inelegibilidade decorrente de condenação criminal, não recebeu votos, apresentou prestação de contas sem movimentação financeira e não foi substituída pelo partido.

■ O autor da ação sustenta que essas circunstâncias caracterizam uma candidatura fictícia, utilizada para cumprir artificialmente a exigência legal de participação mínima de 30% de mulheres nas chapas eleitorais.

■ O TSE, entretanto, rejeitou a acusação por 5 votos a 2. A maioria dos ministros considerou que havia provas de participação efetiva da candidata na campanha, incluindo vídeos, propaganda eleitoral, publicações nas redes sociais e participação em eventos.

■ Na contestação encaminhada a Dino, os advogados de Valdemar argumentam que a eventual anulação dos votos e cassação dos mandatos, a menos de três meses do encerramento da legislatura, provocaria instabilidade política no Pará.

■ A defesa também tenta afastar a responsabilidade pessoal de Valdemar. Segundo os advogados, a escolha e a substituição de candidatos a deputado estadual eram atribuições do diretório estadual do PL, e não da direção nacional da legenda.

■ Outro argumento é que o STF não poderia reexaminar provas já analisadas pela Justiça Eleitoral. A defesa sustenta que a reclamação tenta utilizar uma decisão anterior do Supremo sobre fraude à cota de gênero para modificar o resultado do julgamento do TSE.

■ Ao final, Valdemar e o PL pedem que Dino rejeite a reclamação e mantenha a decisão favorável ao partido. Subsidiariamente, solicitam que, caso o Supremo identifique alguma irregularidade no julgamento, o processo seja devolvido ao TSE, sem cassação direta dos mandatos pelo STF.

PINGA-FOGO

■ **DO PARANÁ PARA O RIO - O governador eleito, Douglas Ruas, anunciou o nome do novo secretário estadual de Educação: o professor Anderfábio Oliveira dos Santos.**

■ Licenciado em Matemática, especialista em Educação Especial e Gestão Escolar e mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/CAEd), Anderfábio ocupa atualmente o cargo de diretor de Educação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

■ **Com trajetória iniciada na rede estadual paranaense em 2006, ingressou como agente educacional. Em 2008, começou a atuar como professor contratado e, no ano seguinte, passou a integrar o Quadro Próprio do Magistério. A partir de 2012, exerceu funções técnicas e de coordenação pedagógica no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte. Em 2019, assumiu a função de assistente técnico da chefia.**

■ Entre 2020 e 2022, esteve à frente do Departamento de Desenvolvimento Curricular, responsável pela gestão dos processos relacionados ao currículo e à avaliação da aprendizagem. No período, participou de iniciativas voltadas à continuidade do ensino durante a pandemia, como o Aula Paraná, o RCO+ Aulas e o Currículo Priorizado.

■ **Sua atuação também inclui programas como Ganhando o Mundo, a retomada do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), Inglês Paraná e Redação Paraná. Em 2020, passou a integrar o Comitê de Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio no Paraná, coordenando a assessoria técnica responsável pela implementação da política na rede estadual.**

■ Em 2023, foi convidado a assumir a Diretoria de Educação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Durante sua passagem pela gestão educacional, o estado conquistou a liderança nacional no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do ensino médio em três edições consecutivas, 2021, 2023 e 2025. Também alcançou o primeiro lugar nos anos iniciais e finais do ensino fundamental nas edições de 2023 e 2025.



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

FOTOS OAB-RJ



Daniela Galvão da Silva Rego Abduche - *advogada há mais de 30 anos e sócia-fundadora do escritório Albernard, Galvão & Delmas Advogados Associados, onde lidera o setor cível. Atua em demandas estratégicas e litígios complexos, representando empresas nacionais e multinacionais. Na OAB-RJ, exerceu funções de conselheira e presidiu comissões, além de integrar órgãos da entidade. Em 2013 e 2018, foi a segunda advogada mais votada para a lista tríplice do TRE-RJ.*



Fernanda Pontes Pimentel - *advogada, doutora e mestre em Direito, com trajetória dedicada ao ensino jurídico e à advocacia privada. Sócia do escritório Pimentel & Pimentel Advogados, é diretora da Faculdade de Direito da UFF e professora de Direito Privado, com experiência em instituições como FGV, EMERJ e ESA/OAB. Atua em comissões da OAB-RJ e do Instituto dos Advogados do Brasil, com atuação em Direito Civil e direitos da mulher.*



Gustavo Rebello Horta - *advogado, sócio do escritório Ulrich, Nicoll & Horta Advogados, com 26 anos de experiência em contencioso estratégico, arbitragem nacional e internacional e disputas empresariais complexas. Atua também em recuperação judicial, reestruturação empresarial, contratos e direito regulatório. Foi reconhecido por Chambers and Partners Latin America e integra o corpo de árbitros do CBMA, além de participar de comissões da OAB.*



José Roberto Sotero de Mello Porto - *defensor público do Estado do Rio de Janeiro e pós-doutor, doutor e mestre em Direito Processual pela UERJ, onde leciona. Foi assessor jurídico do ministro Luiz Fux no Supremo Tribunal Federal e ocupa funções docentes na EMERJ e na Escola de Mediação do TJRJ. Na OAB-RJ, preside comissão dedicada a precedentes vinculantes e atua em iniciativas de formação e aperfeiçoamento da advocacia. É autor de obras jurídicas.*



Nilson Bruno Filho - *advogado e defensor público do Estado do Rio de Janeiro desde 1998. Foi defensor público-geral entre 2011 e 2014, período em que criou e implantou núcleos especializados de combate ao racismo, de diversidade sexual e de mediação. Integra a carreira com atuação em varas cíveis da capital e já foi membro do Conselho Superior da Defensoria. Também lecionou Direito Civil e recebeu distinções profissionais.*



Rafael Fagundes Pinto - *advogado criminalista e sócio do escritório Nilo Batista & Advogados Associados desde 2009. Mestre em Direito Penal pela UERJ, também é professor: foi professor assistente de Direito Penal na universidade e leciona na Universidade Cândido Mendes. Coordena, desde 2019, o curso de especialização em Advocacia Criminal da UERJ/OAB e integra o Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-RJ.*

Quinto Constitucional: OAB-RJ elege lista sêxtupla para vaga de desembargador no TJRJ

Nomes foram encaminhados ao tribunal para a formação da lista tríplice, que será submetida ao governador do estado

O Conselho Pleno da OAB-RJ elegeu nesta quinta-feira (12) os seis nomes que vão compor a lista sêxtupla para o preenchimento da vaga do Quinto Constitucional destinada à advocacia no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), aberta em razão do falecimento do desembargador Claudio Tavares de Oliveira Júnior. A votação foi realizada na sede da entidade.

Compuseram a mesa diretora dos trabalhos a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio; a vice-presidente, Sylvia Drumond; o secretário-geral, Rafael Borges; o tesoureiro, Fábio Nogueira; e o procurador-geral da Seccional, Marcos Luiz Souza. Também integraram a mesa a presidente da Comissão de Arguição, Érica Pereira Santos, e os integrantes do grupo Isabel Belinha, Sergio Sant'anna e Paula Vergueiro, que também preside a Caarj, além dos ex-presidentes da Seccional Nilo Batista, Sergio Zveiter e Luciano Bandeira.

"A composição dos tribunais com a participação da advocacia está de acordo com o que estabelece a Constituição Federal, que considera o advogado indispensável à administração da Justiça. Para esta eleição, as perguntas destinadas aos candidatos estiveram à altura da dignidade do Quinto Constitucional do TJRJ, razão pela qual parabenizo a Comissão de Arguição. Tivemos ótimas respostas, o que mostra que os colegas estão qualificados para contribuir com o debate jurídico na corte fluminense", destacou Basilio.

Como parte da seleção, a Diretoria da Seccional estabeleceu que cada candidato deveria responder a uma pergunta elaborada pela Comissão de Arguição. Após se apresentar, cada concorrente sorteou uma das perguntas depositadas na urna e respondeu a ela. Na ocasião, os conselheiros tiveram acesso aos currículos dos concorrentes.

Para garantir a diversidade de gênero e racial, a lista sêxtupla apresenta pelo menos dois profissionais de cada gênero e uma advogada ou advogado negro, conforme determina o Plano de Valorização da Advocacia Negra da OABRJ.

A OAB-RJ encaminhou a lista sêxtupla ao TJRJ, que formará a lista tríplice e a enviará ao governador do estado. Caberá ao governador escolher um dos três nomes para nomeação.

CM



Sergio Costa e Silva e o senador e astronauta Marcos Pontes receberam, em Paris, a Medalha de Ouro da S.I.P. (Société d'Encouragement du Progrès), fundada em 1908. Sergio Costa e Silva foi agraciado pelo mérito do projeto Música no Museu, que criou há 29 anos e dirige até hoje, promovendo concertos gratuitos de norte a sul do Brasil, com destaque para apresentações do saudoso pianista Nelson Freire em Belo Horizonte, Tiradentes e São João del-Rei. Na versão internacional, o projeto percorre cidades de países de todos os continentes, incluindo apresentações no Carnegie Hall, em Nova York, levando a música e os músicos brasileiros ao exterior. Em anos anteriores, a Medalha de Ouro foi concedida a personalidades e instituições como Jacques Cousteau, Pierre Cardin, Mário Soares, Fundação Gulbenkian, príncipe Albert de Mônaco e os brasileiros Ivo Pitanguy, dr. Roberto Marinho, Tom Jobim e Eduardo Paes. Na sequência, em Paris e depois em Lisboa, Sergio encerrou a versão internacional do Música no Museu

Com mais de 740 quilômetros de extensão, o corredor vai conectar as cidades mineiras de Arcos, Lavras e Varginha a municípios do interior do Rio

ARQUIVO PMBM



CSN entre empresas interessadas no leilão do CORREDOR FERROVIÁRIO MINAS-RIO

Com menos de um mês para a disputa, marcada para 17 de dezembro, MRS, Croncremat e Porto Seco Sul de Minas também estão na lista

Por **Sônia Paes**

SÔNIA PAES/CSF



Para CSN, concessão pode fortalecer a logística de transporte de cargas minerais e ampliar as alternativas de conexão entre Minas e o litoral fluminense

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) está entre as empresas que estudam participar do leilão do Corredor Ferroviário Minas-Rio, marcado para o próximo dia 17 de dezembro, na sede da B3, em São Paulo. Faltando menos de um mês para a disputa, o projeto desperta o interesse de pelo menos quatro grupos empresariais, segundo informações divulgadas pela Folha de São Paulo. Além da CSN, estão entre os interessados a MRS Logística, a Concremat e o Porto Seco Sul de Minas. Ainda não há confirmação sobre a apresentação de propostas pelas empresas.

Outro interessado é a Concremat, empresa brasileira de engenharia controlada pelo grupo chinês CCCC (China Communications Construction Company), uma das gigantes estatais do setor de infraestrutura da China. Já o Porto Seco Sul de Minas opera um terminal alfandegado em Varginha (MG) e atua na logística de exportação de café. A cidade mineira está localizada em uma das extremidades de um ramal incluído no projeto.

CRONOGRAMA E EDITAL

O cronograma do leilão prevê a entrega das propostas em 14 de dezembro. A entrega deve ser feita por meio eletrônico, na plataforma da B3. O próximo passo será dado três dias depois, em 17 de dezembro, data marcada para a sessão pública. O edital estabelece ainda uma rodada de lances em viva-voz. Isso depois da abertura e a classificação das propostas.

O edital prevê a divisão do trecho, atualmente operado pela Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), em dois lotes. O primeiro compreende a ligação entre Iguatema (MG) e Barra Mansa (RJ), incluindo o ramal ferroviário entre Varginha e Lavras, em Minas Gerais. Já o segundo abrange o percurso entre Barra Mansa e Angra dos Reis, no Sul Fluminense.

CSN DE OLHO NO TRANSPORTE DE MINERAIS

Um dos fatores que ajudam a explicar o interesse da CSN no leilão é o potencial do corredor ferroviário para o transporte de minerais. A empresa possui uma das maiores operações integradas de transporte e logística de minerais do Brasil, movimentando cargas como minério de ferro, carvão mineral, coque, calcário e dolomita. Esses produtos abastecem suas próprias unidades industriais, entre elas a Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), além de atenderem a terceiros e serem destinados à exportação.

Com forte atuação nos setores siderúrgico e de mineração, a CSN pode encontrar na nova malha uma alternativa estratégica para ampliar sua capacidade logística, otimizar o transporte de insumos e facilitar o escoamento da produção mineral.

CONEXÃO DE MUNICÍPIOS E COMMODITIES

Com mais de 740 quilômetros de extensão, o corredor ferroviário vai conectar as cidades mineiras de Arcos, Lavras e Varginha a municípios do interior do Rio de Janeiro, como Barra Mansa, além de Angra dos Reis, no litoral fluminense. Os trechos, atualmente inoperantes, poderão viabilizar o transporte de cargas agrícolas e minerais, ampliando a integração logística entre os dois estados.

A reativação da ferrovia representa uma oportunidade para o escoamento de diferentes commodities produzidas em Minas Gerais. No Sul do estado está concentrada uma das principais regiões produtoras de café do país, responsável por mais de um terço da produção brasileira. A ligação ferroviária com o porto de Angra dos Reis poderá oferecer uma alternativa ao transporte rodoviário e aos corredores portuários mais congestionados, como o de Santos (SP).

Educação de SP cumpre 72% das metas para bonificação de resultados de 2025

Só 26,55% das escolas atingiram o nível máximo; outros resultados também contam para a bonificação

DIVULGAÇÃO / SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE SP, VIA CONSED



Bonificação de 2025 considera notas do Saeb e Saresp, além da frequência e da participação dos alunos nas avaliações da rede estadual paulista.

Da **Redação**

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc) alcançou 72% das metas estabelecidas para a Bonificação por Resultados de 2025. O índice foi oficializado por meio de resolução publicada no Diário Oficial do Estado. O levantamento mostra que 1.320 das 4.972 escolas estaduais, equivalentes a 26,55%, atingiram o patamar máximo de desempenho. Entretanto, as unidades que não alcançaram esse nível também podem ter resultados considerados no cálculo do benefício.

A Resolução Seduc nº 106/2026 estabelece o Índice Agregado de Cumprimento de Metas (IACM), utilizado na apuração da bonificação dos profissionais da rede estadual. O resultado de 72% representa o desempenho consolidado da Secretaria e não significa que todos os servidores receberão esse mesmo percentual de bônus. O cálculo considera os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), de abrangência nacional, e do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar (Saresp/Provão Paulista).

COMO FUNCIONA?

A classificação das escolas considera diferentes patamares de cumprimento das metas. O nível Ouro corresponde ao alcance da meta de uma das avaliações, que pode contribuir com até 50% do índice final. Já o Diamante representa o patamar máximo, de 100%, obtido pela combinação dos resultados dos dois sistemas.

Também existem índices intermediários para escolas que apresentam evolução no desempenho, mas não alcançam integralmente as metas estabelecidas. Portanto, atingir o nível Ouro ou Diamante não é uma exigência geral para obter índice positivo na apuração da bonificação. Para isso, também é necessário cumprir os requisitos mínimos de frequência dos alunos, fixados em 77% no período noturno e 82% nos demais turnos, além de participação de pelo menos 80% dos estudantes nas avaliações. O descumprimento desses critérios pode zerar o índice correspondente, mesmo quando há melhora nas notas.

RESULTADOS DAS ESCOLAS

No Saeb, 1.508 das 4.939 escolas consideradas alcançaram o nível Ouro, equivalente a 30,53%. A nota consolidada da rede estadual passou de 5,05, em 2023, para 5,33, em 2025. Apesar do avanço, permaneceu abaixo da meta de 5,42 estabelecida pela Secretaria.

Entre as 91 unidades regionais de ensino, 79 registraram melhora nas notas em relação a 2023, uma manteve o desempenho e 11 apresentaram queda. Na apuração do Saeb, 17 unidades regionais atingiram o índice máximo dessa avaliação, 45 obtiveram resultados intermediários e 29 ficaram com índice zero. O levantamento também identificou 550 escolas que descumpriram pelo menos um dos requisitos de frequência ou participação nas provas. Dessas, 401 não alcançaram somente a frequência mínima, 101 ficaram abaixo da participação exigida e 48 descumpriram ambos os critérios. Em 238 escolas, o descumprimento dessas exigências anulou índices que seriam positivos. Nas outras 312, o resultado já era zero antes da aplicação.

PAGAMENTO AOS PROFISSIONAIS

A resolução não informa o valor destinado aos pagamentos, quantos servidores receberão bonificação, nem quantos ficarão sem o benefício. Os resultados detalhados por unidade escolar e região constam no Diário Oficial do Estado.

SP amplia investimentos para recorde de R$ 44,7 bilhões

Da **Redação**

A proposta de orçamento do Governo de São Paulo para 2027 prevê R$ 44,7 bilhões em investimentos, maior volume da série histórica. O montante é o dobro do registrado em 2023, primeiro ano da atual gestão, e mais de quatro vezes os R$ 10,4 bilhões aplicados em 2019.

Segundo a Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz-SP), a ampliação dos recursos está relacionada, entre outros fatores, à revisão dos benefícios tributários concedidos pelo Estado.

A média anual de investimentos também cresceu ao longo dos últimos períodos. Entre 2015 e 2018, foi de R$ 12,9 bilhões. De 2019 a 2022, passou para R$ 18,9 bilhões. Já entre 2023 e 2026, considerando os valores realizados até 2025 e a previsão da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, a média chega a R$ 26 bilhões.

Nos últimos anos, os investimentos somaram R$ 21 bilhões em 2023, R$ 24,4 bilhões em 2024 e R$ 27,7 bilhões em 2025. A LOA de 2026 prevê R$ 30,9 bilhões. Para 2027, a proposta projeta R$ 44,7 bilhões, valor que ainda depende da tramitação e aprovação do orçamento.

Em 2023, o Estado tinha 266 benefícios tributários em vigor. Após reavaliação conduzida pela Sefaz-SP, 85 foram extintos, 17 passaram por ajustes que reduziram parcialmente a renúncia fiscal e 164 foram mantidos.

FOTO: GOVERNO DE SP



Proposta orçamentária prevê o maior volume de aportes da história do Estado

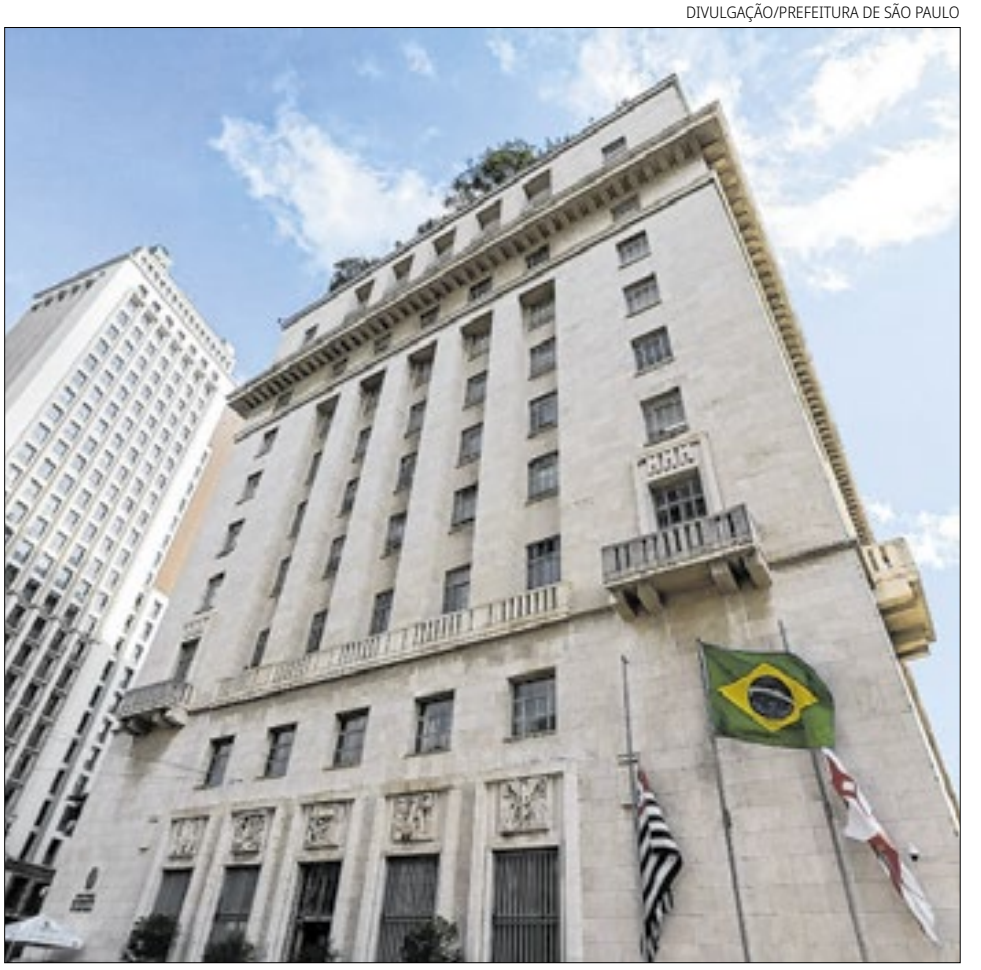
Com as mudanças, a participação dos benefícios tributários na receita total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) deve cair de 33,47%, em 2023, para 30,28%, em 2027. A redução é de pouco mais de três pontos percentuais.

De acordo com Campos, a diferença representa quase R$ 10 bilhões por ano, considerando o volume total arrecadado com o imposto. O secretário afirma que a revisão contribui para ampliar a capacidade de investimento do Estado, com recursos destinados a obras e iniciativas voltadas à infraestrutura e ao desenvolvimento econômico.

Prefeitura de SP reabre negociação de dívida ativa

Adesão vai até fevereiro e abatimento chega a 95% sobre juros e multas

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SÃO PAULO



Sede principal da Prefeitura de São Paulo, no centro da capital

Da **Redação**

A Prefeitura de São Paulo reabriu nesta segunda-feira (16) o prazo para aderir ao Fique em Dia, programa de negociação de débitos inscritos na dívida ativa municipal. A adesão pode ser feita pela internet até 26 de fevereiro de 2027. O pagamento à vista dá desconto de até 95% sobre juros e multas. Quem optar por parcelamento pode dividir o valor em até 120 vezes, com abatimentos menores.

O programa abrange débitos tributários e não tributários cuja origem vai a 31 de dezembro de 2024 ou antes. Podem entrar no acordo pendências de IPTU, ISS e ITBI, além de taxas municipais, como a de permissão de uso, e multas por descumprimento de normas municipais. A reabertura também permite negociar dívidas da contribuição de iluminação pública, taxas de resíduos domiciliares e de serviços de saúde.

Para dívidas tributárias, o pagamento em uma única parcela reduz em 95% tanto os juros de mora quanto as multas. Se o contribuinte dividir o débito em até 60 meses, os descontos passam a 65% nos juros e 55% nas multas. Entre 61 e 120 meses, os percentuais caem para 45% nos juros e 35% nas multas. As prestações do programa geral têm valor mínimo de R$ 50 para pessoas físicas e de R$ 300 para pessoas jurídicas.

Para os débitos não tributários, a redução incide sobre os encargos de atraso. O abatimento é de 95% no pagamento à vista, de 65% nos acordos em até 60 meses e de 45% nos parcelamentos de 61 a 120 meses. As prestações mensais têm atualização pela taxa Selic acumulada do mês seguinte ao da adesão até o mês anterior ao pagamento, com acréscimo de 1% no mês em que a parcela for paga.

As empresas do Simples Nacional têm uma modalidade própria para regularizar o ISS apurado nesse regime. A negociação abrange valores inscritos na dívida ativa municipal até a formalização do acordo, independentemente da data em que o tributo foi gerado. O prazo para adesão também termina em 26 de fevereiro de 2027. Nessa modalidade, a prestação mínima é de R$ 150, e o acordo deve incluir todos os débitos exibidos pelo sistema.

Ficam fora do programa geral as multas de trânsito, as dívidas contratuais, as penalidades por infrações ambientais e as multas impostas pelo Tribunal de Contas do Município. A lista de exclusões inclui sanções por atos de improbidade administrativa e penalidades aplicadas a empresas com base na Lei Anticorrupção. Empresas com falência decretada estão impedidas de aderir ao Programa Fique em Dia.

Débitos que já fazem parte de parcelamentos em andamento, como o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), também ficam fora do Programa. A exceção vale para dívidas parceladas na dívida ativa sem desconto. Há ainda restrições para determinados débitos de IPTU que incidem sobre frações de imóveis submetidos a desdobramento, englobamento ou remembramento.

A consulta e a adesão são feitas no site fiqueemdia.prefeitura.sp.gov.br/tdm. Na plataforma, o contribuinte pode identificar as dívidas disponíveis para acordo, comparar as opções de pagamento e verificar o valor das prestações. Após formalizar a adesão ao Programa, pode emitir a guia de arrecadação para quitar o valor à vista ou pagar a primeira parcela do acordo.

A primeira prestação ou a parcela única vence no último dia útil da quinzena seguinte à adesão. Nos acordos parcelados, as demais vencem no último dia útil de cada mês subsequente. Se a primeira parcela ou o pagamento à vista ficar em aberto por 60 dias após o vencimento, o acordo é cancelado e o município retoma a cobrança da dívida atualizada, sem os descontos.

Parlamento Jovem de SP vota 55 propostas de alunos

Da **Redação**

Estudantes do ensino fundamental aprovaram 55 propostas em uma sessão simulada na Câmara Municipal de São Paulo. A votação integrou a 24ª edição do Parlamento Jovem, que reuniu alunos do 6º ao 9º ano de escolas públicas e particulares da capital paulista. As propostas aprovadas pelos estudantes passaram a integrar o banco de ideias do Legislativo e podem servir de base para futuros projetos de lei.

A edição recebeu 134 inscrições e convocou 55 titulares e cinco suplentes. Pela manhã, os estudantes foram diplomados e prestaram o juramento de posse no Plenário 1º de Maio. A programação incluiu a eleição da Mesa Diretora, responsável por conduzir os trabalhos. A estudante Beatriz Margato presidiu a sessão de votação.

À tarde, os participantes apresentaram e discutiram os textos que haviam elaborado. Cada estudante tinha dois minutos para defender sua proposta e podia ler o projeto e a justificativa ou fazer uma apresentação livre. A votação ocorreu nos mesmos terminais eletrônicos usados pelos vereadores nas sessões da Câmara. Os 55 textos submetidos ao plenário foram aprovados.

LUCAS BASSI / REDE CÂMARA SP



Votação do Parlamento Jovem, que reuniu alunos do 6º ao 9º anos

TEMAS DISCUTIDOS

Entre os temas discutidos estavam saúde mental nas escolas, coleta seletiva, acessibilidade e atividades esportivas fora do horário de aula. Na área da saúde, uma das propostas previa a distribuição gratuita de absorventes em instituições públicas, acompanhada de materiais informativos sobre cuidados durante o período menstrual.

Criada em 2001, a iniciativa do Parlamento Jovem permite que cada escola inscreva um projeto para ser apresentado. Os textos lidos são avaliados por uma comissão de vereadores, que considera critérios como originalidade, viabilidade, clareza e adequação ao formato do legislativo paulistano. Na simulação, as propostas são agrupadas em 11 partidos temáticos, dedicados a áreas básicas como educação, habitação, saúde e transporte.

REVISÃO TÉCNICA

Antes da sessão, os projetos passaram por revisão técnica para adequar a redação às regras de elaboração legislativa. O caderno publicado pela Câmara reúne os textos dos titulares e dos suplentes. Pelas regras da edição, um suplente só poderia defender seu projeto se assumisse a vaga de um titular. As gravações em vídeo da cerimônia de posse e da sessão de votação estão disponíveis no canal da Câmara no YouTube.

CORREIO GRANDE SP

POR **LUIGI FREIRE** (ESTAGIÁRIO) **E RAFAEL CHINAGLIA**

ALEX CAVANHA/PSA



Intervenções incluem edificações na parte baixa da vila ferroviária

Santo André inicia restauro de 34 imóveis de Paranapiacaba

Prefeitura de Santo André iniciou o restauro de 34 imóveis na parte baixa de Paranapiacaba, com investimento de R$ 11,4 milhões em recursos federais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. As casas ficam nas avenidas FForde e Manoel de Campos Salles. As obras buscam corrigir problemas estruturais causados pelo tempo e pelo clima. Serão realizadas por etapas, com remanejamento temporário de moradores e comerciantes quando necessário. Nesta fase, foram priorizados imóveis desocupados e com estruturas mais comprometidas. Uma das primeiras casas em restauração fica na Avenida Fox e foi construída por volta de 1900. O imóvel preserva elementos, como estrutura e piso de peroba, portas, janelas e paredes de pinho de riga, além de telhas de barro de Marselha, na França. O projeto contempla edificações residenciais e comerciais tombadas.

Guarulhos analisa ônibus para mulheres

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara de Guarulhos emitiu parecer favorável ao projeto, que prevê ônibus exclusivos para mulheres nos horários de pico e na madrugada. De autoria de Delegado Mesquita (PP), a proposta estabelece identificação dos veículos e circulação em linhas com maior demanda e registros de assédio. O colegiado aprovou projeto que prevê a Tenda Lilás em eventos e agendou debate sobre a Frente de Apoio às Mães Atípicas, com foco na segurança das passageiras.

FOTÓGRAFO: NICO RODRIGUES



Medida foi analisada durante reunião da Comissão da Mulher

Leandro Larini preside Câmara de Arujá em 2027

A Câmara de Arujá elegeu Leandro Larini (PL) presidente da Mesa Diretora para o próximo ano, com 12 votos. Divinei da Silva (PL) retirou a candidatura, alegando insegurança jurídica sobre o rito da eleição. Robertinho Marques (PSD) será vice-presidente; Tiago Ursão (MDB), primeiro-secretário; e Juvenildo Barboza (PP), segundo-secretário. A nova Mesa assume em 1º de janeiro. A atual presidente, Professora Cris (PSD), agradeceu aos servidores e vereadores pelo apoio durante sua gestão de dois anos na Casa.

Itaqua cobra o Estado sobre as obras do Tietê

A Câmara de Itaquaquecetuba aprovou requerimento que cobra informações do Estado sobre o desassoreamento do Rio Tietê no Lote 4, entre Poá e Três Pontes. O vereador David Neto (PL) questiona o avanço das obras, os valores pagos, o saldo e o cronograma dos serviços. Também solicita estudos sobre alargamento da calha, aprofundamento do leito e canalização aberta do rio, além de novas medidas contra enchentes.

Sâo Caetano do Sul

A Câmara de São Caetano aprovou a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, com previsão de R$ 2,88 bilhões. Segundo César Oliva (PSD), a estimativa representa alta de 5% em relação ao orçamento deste ano, percentual atribuído à inflação prevista. Após a votação, os vereadores terão dois dias para apresentar emendas dentro do prazo.

São Bernardo do Campo

A Comissão Mista da Câmara de São Bernardo pediu mais prazo para analisar as contas de 2022. Em reunião nesta sexta (13), os vereadores avaliaram o processo, que recebeu apontamentos do Ministério Público de Contas e do Tribunal de Contas do Estado. Nova reunião foi marcada para quarta (18), após a sessão ordinária, para análise final.

Ferraz de Vasconcelos

O vereador Claudio Ramos (PT) destinou R$ 328,2 mil em emendas impositivas para a saúde de Ferraz de Vasconcelos em 2027. Desse total, R$ 110 mil serão aplicados no Centro de Fisioterapia Dr. Alfredo Regner, no Cidade Kemel, e R$ 110 mil na UBS Antônio Nhan, no Jardim Luiz Mauro. O posto da Vila Santa Margarida receberá R$ 108,2 mil.

Arujá

Centros de convivência de Arujá receberam R$ 40 mil em equipamentos musicais, esportivos e de fisioterapia, adquiridos com emenda do vereador Caio Mãos Solidárias (União). Os materiais atendem unidades para crianças e adolescentes, o Centro de Convivência e o Centro Dia do Idoso. Mais de 450 pessoas são atendidas em atividades físicas e culturais.

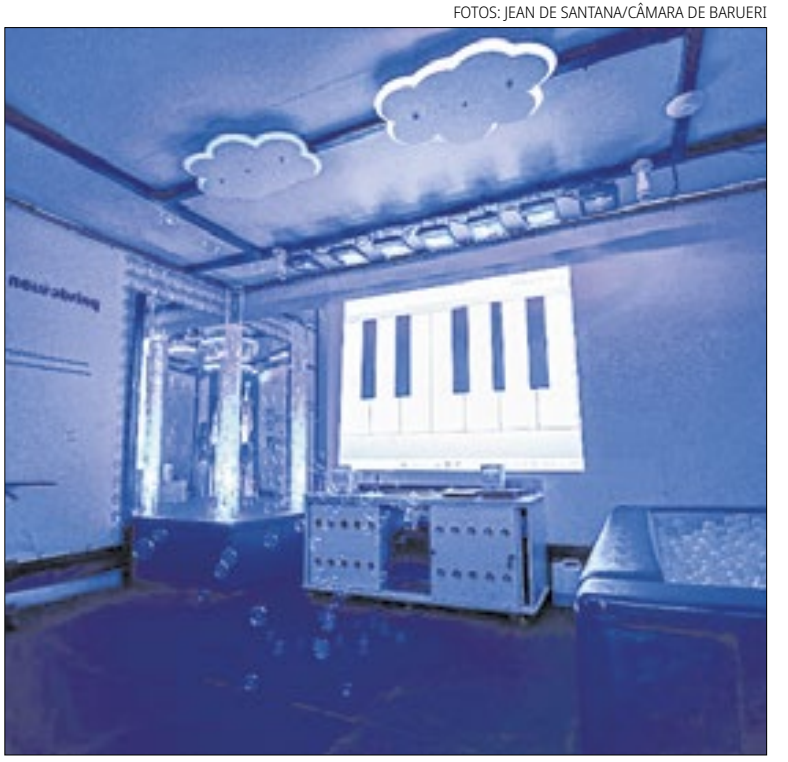
Taboão da Serra

A Câmara de Taboão da Serra remarcou para quarta (18), às 18h, a audiência sobre o Plano Municipal de Mobilidade Urbana. A audiência, prevista para o dia 10, foi adiada após a ausência da empresa responsável. Moradores poderão apresentar sugestões ao projeto, que define diretrizes para o trânsito e para transporte público por 15 anos.

Diadema

Juninho do Chicão (Progressistas) foi eleito presidente da Câmara de Diadema no biênio 2027-2028. A chapa recebeu 21 votos, sem oposição. Fernanda Durães e Cabo Angelo, do MDB, assumirão as primeira e segunda secretarias: Cicinho (PSB), a terceira. Reinaldo Meira (Solidariedade) e Josa Queiroz (PT) serão primeiro e segundo vice-presidentes.

FOTOS: JEAN DE SANTANA/CÂMARA DE BARUERI



Ações envolvem acessibilidade e intermediação de mão de obra no município

Barueri reúne ações de inclusão e oportunidades de emprego

Câmara apresenta sala sensorial e destaca 74 vagas de trabalho

Da **Redação**

A Câmara Municipal de Barueri apresentou uma sala multidisciplinar sensorial para acolher pessoas neurodivergentes que frequentam o Legislativo. A iniciativa busca oferecer um ambiente acessível e ampliar o debate sobre inclusão.

O espaço reúne recursos sensoriais, cognitivos e motores para atividades pedagógicas e terapias. A estrutura pode atender pessoas com atraso no desenvolvimento, dificuldades de aprendizagem e transtornos do neurodesenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

O sistema utiliza Internet das Coisas (IoT) e Inteligência Artificial (IA), com dispositivos acionados por Wi-Fi. Um software permite realizar atividades em tempo real e aplicar conteúdos conforme os objetivos de cada intervenção. O espaço pode ser utilizado por profissionais de diferentes áreas. A apresentação permitiu testar os equipamentos sensoriais.

O presidente da Câmara, Wilson Zuffa (Republicanos), afirmou que a iniciativa integra o compromisso do Legislativo com a inclusão.

A Escola do Parlamento 26 de Março, mantida pela Câmara, recebeu pelo segundo ano consecutivo o selo da Associação Paulista das Escolas do Legislativo e Contas (Apel), pelo trabalho de educação legislativa. O diploma foi entregue em 6 de novembro, durante o 18º Encontro da entidade, em Barretos.

Na sessão de hoje (17), Zuffa afirmou que o reconhecimento reflete as ações de participação popular e transmissão de conhecimento promovidas pela instituição.

A Casa do Trabalhador de Barueri, vinculada à Secretaria de Indústria, Comércio e Trabalho (Sict), disponibiliza 74 vagas entre 17 e 27 de novembro. As oportunidades abrangem diferentes níveis de escolaridade e qualificação. Os salários variam conforme a função, e algumas empresas oferecem benefícios.

As candidaturas devem ser feitas pelo aplicativo Carteira de Trabalho Digital, com acesso pela conta Gov.br. A busca permite filtrar vagas e consultar requisitos, salário e jornada. Para orientação, os interessados podem procurar a Casa do Trabalhador no Setor Amarelo do Ganha Tempo Municipal, na Avenida Henriqueta Mendes Guerra.

Notificações de violência contra mulher adulta aumentam 11,1%

Boletim do Sisnov aponta 1.975 registros em 2025, o maior número desde 2019

ROGÉRIO CAPELA/PREFEITURA DE CAMPINAS



Os dados são do Boletim nº 19 do Sisnov, divulgado nesta segunda-feira, 16 de novembro

Da **Redação**

O número de notificações de violência contra mulheres adultas residentes em Campinas aumentou 11,1% em 2025, na comparação com 2024. Os dados são do Boletim nº 19 do Sistema de Notificação de Violências em Campinas (Sisnov), divulgado nesta segunda-feira, 16 de novembro. O documento pode ser acessado pelo link: campinas.sp.gov.br/sites/vigi-violencias/boletins.

O levantamento mostra que o ano passado concentrou o maior número de notificações de violência contra as mulheres desde 2019. Foram 1.975 registros entre moradoras de 18 a 59 anos, enquanto em 2024 foram totalizados 1.777. A série histórica mostra um aumento contínuo desde 2021. Veja a seguir: 2019 – 793; 2020 – 696; 2021 – 829; 2022 – 1.138; 2023 – 1.585

2024 – 1.777; 2025 – 1.975.

A faixa etária de 40 a 59 anos concentrou o maior número de notificações (607) no ano passado, seguida pelas mulheres de 30 a 39 anos (540). O documento também destaca o crescimento dos registros entre mulheres de 25 a 29 anos, que passaram de 281 em 2024 para 373 em 2025.

Entre os tipos de violência notificados contra mulheres adultas, destacam-se a violência física (896 casos) e a tentativa de suicídio (723) - violência autoprovocada. A violência sexual também alcançou seu maior número de registros em 2025 (210), enquanto a violência psicológica apresentou redução em relação ao ano anterior, passando de 151 para 95 notificações.

Quanto aos autores desse tipo de violência, no período de 2019 a 2025, o maior número de notificações cita o cônjuge ou ex-cônjuge, com 3.529 registros (40,1%), seguido pela categoria "Própria pessoa", com 2.816 registros (32%), correspondente às situações de violência autoprovocada.

"O objetivo do boletim Sisnov é utilizar os dados para identificar situações de violência, oferecer acolhimento às vítimas, integrar os serviços envolvidos e assegurar que cada notificação contribua para uma atuação efetiva da rede de atenção e proteção", explicou o secretário de Saúde de Campinas, Lair Zambon.

FERRAMENTA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

"O Sisnov é uma ferramenta muito importante, porque ele ajuda a compreendermos melhor o que está acontecendo em Campinas, e identificar onde precisamos fortalecer a prevenção, o atendimento e a proteção. E foi justamente a partir desses apontamentos do Sisnov que nós pudemos fazer o lançamento de programas muito importantes este ano", destacou a secretária municipal de Políticas para as Mulheres de Campinas, Alessandra Herrmann

Entre os programas e ações recentes citados por ela, estão uma plataforma online para integrar dados de diferentes secretarias, a reativação da Rede Protetiva, que é um espaço para discussão de casos de violência doméstica, e a descentralização do Centro de Referência e Apoio à Mulher (Ceamo), que passará a atender também no CIC Vida Nova, todas as quartas-feiras, a partir deste mês.

Concurso da Mata de Santa Genebra tem inscrições prorrogadas até 19 de novembro

DIVULGAÇÃO



Salários variam de R$ 2.226,55 a R$ 8.991,96; jornada de 36 horas semanais

Da **Redação**

A Fundação José Pedro de Oliveira (FJPO), responsável pela gestão da Mata de Santa Genebra, prorrogou o prazo de inscrições do concurso público para o preenchimento de quatro vagas e formação de cadastro reserva. Os candidatos agora têm até as 17h da próxima quinta-feira, 19 de novembro, para concluir a participação, exclusivamente pela internet.

As inscrições devem ser feitas no site do Instituto Mais, responsável pela organização do certame. O edital completo, com anexos e orientações, também está disponível no site da fundação, onde os interessados podem conferir todos os detalhes antes de se inscrever.

O concurso contempla oportunidades para agente de apoio operacional, técnico ambiental, analista administrativo e contador. Para cada cargo há uma vaga imediata, além de cadastro reserva. Os salários variam de R$ 2.226,55 a R$ 8.991,96, com jornada semanal de 36 horas.

As remunerações são de R$ 2.226,55 para agente de apoio operacional, R$ 4.658,30 para técnico ambiental e R$ 8.991,96 para analista administrativo e contador. Os requisitos de escolaridade, formação profissional e demais condições de participação estão descritos no edital do concurso. Os valores das taxas de inscrição variam de acordo com o cargo pretendido. Para agente de apoio operacional, a cobrança é de R$ 66,00. Já para técnico ambiental, o valor é de R$ 82,50.

Campinas abre Refis do ISSQN com desconto total em juros e multas

Da **Redação**

Empresas, profissionais autônomos e demais prestadores de serviços com débitos de ISSQN em Campinas têm até 11 de dezembro para aderir ao Refis e quitar o valor negociado com 100% de desconto sobre juros e multas. Para garantir o benefício, a adesão e o pagamento precisam ser concluídos dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura.

Segundo a administração municipal, a orientação é não deixar para a última hora. Quem consultar os débitos com antecedência terá mais tempo para esclarecer dúvidas, simular condições e finalizar o procedimento sem risco de perder o desconto oferecido pelo programa.

O Refis permite negociar débitos de ISSQN vencidos e não pagos, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive aqueles em cobrança administrativa ou judicial. O programa contempla cerca de 200 atividades previstas na legislação do imposto, alcançando diferentes segmentos do setor de serviços na cidade.

Entre os grupos atendidos estão clínicas médicas, odontológicas e veterinárias, hospitais, pet shops, escolas, faculdades, empresas de tecnologia, escritórios de arquitetura, engenharia, advocacia, contabilidade e consultoria, além de salões de beleza, academias, hotéis, agências de turismo, oficinas mecânicas, transportadoras, gráficas, estacionamentos, empresas de vigilância e organizadores de eventos.

ROGÉRIO CAPELA/ARQUIVO PMC



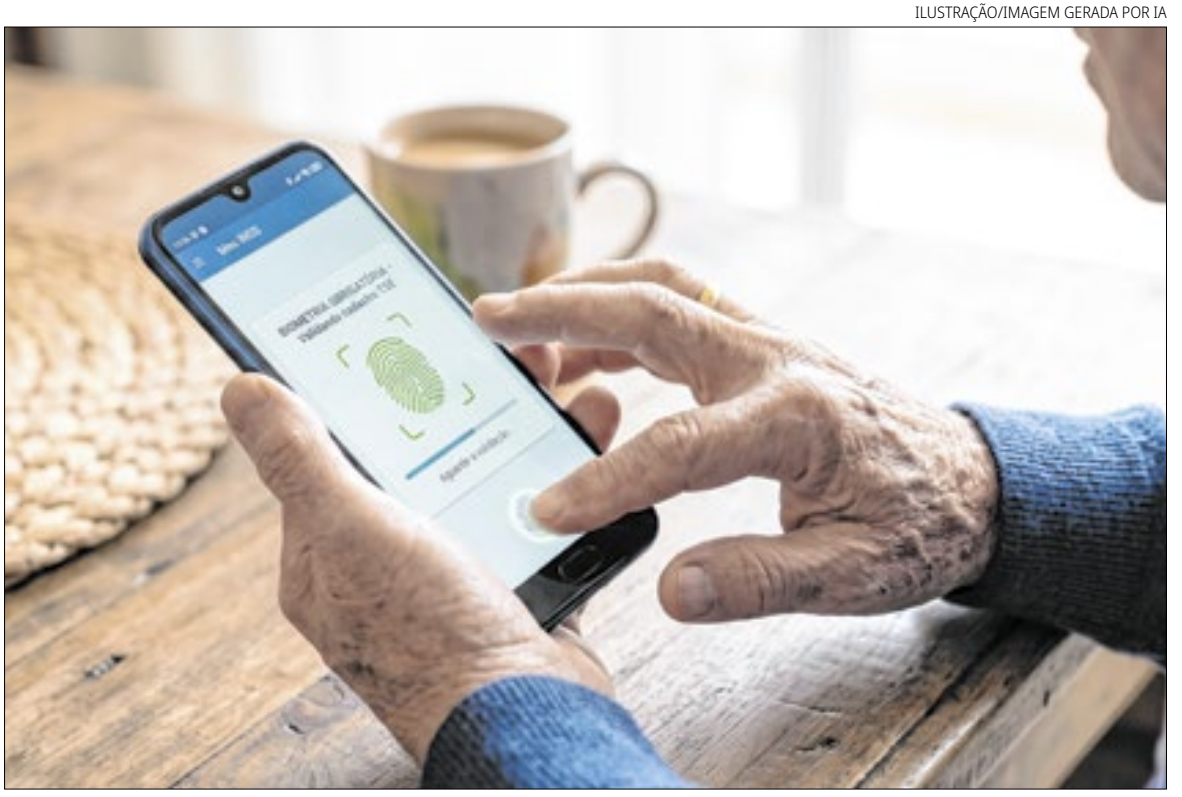
A adesão e o pagamento devem ser feitos até essa data

RMC reúne mais de 182 mil títulos cancelados e 26 mil suspensos

Levantamento aponta 357 mil eleitores sem biometria cadastrada na Região

Por **Jéssica Esteves**

ILUSTRAÇÃO/IMAGEM GERADA POR IA



Campinas lidera os registros de cancelamentos e de direitos políticos suspensos entre as 20 cidades da RMC.

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) reúne 182.881 títulos eleitorais cancelados e 26.590 eleitores com direitos políticos suspensos, segundo levantamentos do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), com data de referência de 16 de novembro. A região tem também 357.881 eleitores sem biometria cadastrada, o equivalente a 15,23% do eleitorado.

A RMC possui 2.349.986 eleitores, dos quais 1.992.105 têm biometria cadastrada, cobertura de 84,77%. Campinas concentra o maior número de pessoas sem registro biométrico, com 124.675, seguida por Americana (22.988) e Sumaré (22.343). Vinhedo tem a maior cobertura, de 99,61%, enquanto Hortolândia registra 77,98%.

Americana, Campinas e Sumaré não passaram por revisão biométrica obrigatória. Isso não significa que todos os eleitores dessas cidades estejam sem biometria, já que parte dos registros pode ser incorporada por órgãos parceiros, como Denatran e IIRGD. O procedimento utiliza informações de órgãos públicos parceiros, conforme a Resolução TSE nº 23.659/2021 e a Lei Geral de Proteção de Dados. A integração ocorre por acordos entre órgãos.

Dos 182.881 títulos cancelados, 124.738 ocorreram por ausência às urnas e falta de justificativa em três eleições consecutivas. Outros 58.143 foram cancelados pelo não comparecimento à revisão do eleitorado nos municípios em que o procedimento foi obrigatório.

Campinas lidera, com 56.122 títulos cancelados. Na sequência estão Indaiatuba (17.726), Hortolândia (15.520), Santa Bárbara d'Oeste (14.659), Sumaré (12.802) e Americana (9.967). Valinhos soma 9.607 registros e Itatiba, 7.946.

Os cancelamentos por ausência ficaram suspensos desde 2020, devido à pandemia, e foram retomados em 2025. O levantamento não inclui eventuais cancelamentos relacionados às eleições de 2026, que serão processados após o fim do prazo para informar o motivo da ausencia.

O TRE-SP aponta 26.590 eleitores com direitos políticos suspensos nas 20 cidades. Campinas tem 9.246 registros; Sumaré, 2.652; Hortolândia, 2.335; Santa Bárbara d'Oeste, 2.200; e Americana, 1.962.

Indaiatuba registra 1.538 eleitores nessa condição; Paulínia, 1.024; Itatiba, 783; Monte Mor, 703; Cosmópolis, 652; Valinhos, 615; Nova Odessa, 561; Jaguariúna, 538; Artur Nogueira, 448; Pedreira, 442; Vinhedo, 397; Santo Antônio de Posse, 234; Engenheiro Coelho, 110; Holambra, 85; e Morungaba, 65.

A suspensão dos direitos políticos é diferente do cancelamento do título. Por isso, os indicadores são apresentados separadamente e não devem ser somados como se representassem grupos distintos.Os eleitores com título cancelado podem procurar qualquer cartório eleitoral do Estado, de segunda a sexta-feira, das 11h às 17h, mediante agendamento.

Câmara de Sumaré vota projeto que proíbe scooters elétricas nos parques e nas praças

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SUMARÉ



O PL 205/2026 proíbe veículos elétricos em áreas exclusivas para pedrestres

A Câmara de Sumaré vota nesta terça-feira (17), na 38ª sessão ordinária, o PL 205/2026, que proíbe scooters elétricas, ciclomotores e autopropelidos em parques, praças, calçadas e áreas exclusivas para pedestres. De autoria do vereador Allan Sangalli, a proposta tem duas emendas. A sessão terá cinco matérias, é aberta ao público com transmissão online nos canais oficiais.

O texto restringe veículos de duas ou três rodas com motor elétrico e acelerador manual, independentemente da potência ou velocidade. Ficam fora da proibição as cadeiras de rodas motorizadas, brinquedos infantis, patinetes elétricos e bicicletas com pedal assistido e sem acelerador, respeitadas as regras federais e a prioridade do pedestre.

Se aprovado e sancionado, o projeto prevê advertência na primeira abordagem e multa, dobrada na reincidência. O veículo poderá ser apreendido se o condutor se recusar a deixar o local ou oferecer risco a terceiros. A retirada dependerá do pagamento da multa e das taxas de remoção e estadia. Para menores, será exigida a presença dos responsáveis.

Na justificativa, Sangalli afirma que o uso imprudente e em alta velocidade ameaça crianças, idosos, animais e famílias. A pauta inclui ainda o PL 260/2026, de Ney do Gás, sobre saúde preventiva, e o PL 292/2026, de Professor Edinho, sobre o contato de crianças e adolescentes com a natureza.

Paulínia abre consulta para interessados em vagas na EJA 2027

Da **Redação**

Paulínia recebe, até 30 de novembro, manifestações de interesse de jovens, adultos e idosos que desejam iniciar ou retomar os estudos no 1º semestre de 2027, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A chamada pública da Secretaria de Educação busca identificar a demanda por vagas e subsidiar o planejamento da oferta na rede municipal.

Os interessados devem preencher o formulário disponível em paulinia.sp.gov.br/eja2027. O levantamento considera escolaridade, região de residência, disponibilidade de horários e necessidades dos participantes. A manifestação não representa matrícula nem garante vaga em unidade ou período específico.

Após a análise da demanda e das condições de atendimento da rede, a Secretaria orientará os participantes sobre os próximos procedimentos. Quem precisar de auxílio para preencher o formulário pode procurar uma Unidade Municipal de Ensino.

A iniciativa busca ampliar o acesso à educação e organizar o atendimento de pessoas que pretendem retomar a formação escolar em 2027. O prazo para participação termina em 30 de novembro.

A chamada pública é voltada a pessoas que não concluíram a educação básica e desejam voltar a estudar. As informações coletadas também permitirão identificar as regiões com maior procura e as necessidades de horários.

REPRODUÇÃO/GOVERNO FEDERAL



O prazo para participação termina em 30 de novembro

MARCELO MORALES

Médico. Membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Nacional de Medicina.

O ajuste fiscal e o futuro da ciência brasileira

O Brasil enfrenta o desafio de equilibrar suas contas públicas sem comprometer as condições necessárias ao crescimento econômico. A responsabilidade fiscal é indispensável. Mas tão importante quanto controlar despesas é distinguir os gastos que podem ser reduzidos dos investimentos que determinam o futuro do país. A ciência, a tecnologia e a inovação estão entre esses investimentos.

O Projeto de Lei Complementar nº 299/2026, apresentado pelo governo federal e atualmente em discussão no Congresso Nacional, reacendeu esse debate ao propor mecanismos de ajuste fiscal com possíveis repercussões sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal instrumento de financiamento da pesquisa e da inovação no Brasil.

O debate não deve ser reduzido a uma disputa entre governo e oposição. Trata-se de uma questão de Estado. O país precisa de equilíbrio fiscal, competitividade industrial e autonomia tecnológica. Medidas que comprometam essas capacidades podem produzir alívio orçamentário imediato, mas prejudicar o crescimento econômico nos anos seguintes.

A experiência internacional demonstra que países desenvolvidos investiram continuamente em conhecimento. No Brasil, temos exemplos concretos. A Embrapa contribuiu decisivamente para transformar a agricultura tropical e elevar a produtividade do campo. A Embraer demonstra como a formação científica, a engenharia e o desenvolvimento tecnológico podem sustentar uma indústria brasileira competitiva internacionalmente. São resultados de investimentos persistentes, com impactos sobre a economia, o emprego e a capacidade produtiva nacional.

O FNDCT desempenha papel central nesse processo. Seus recursos financiam desde pesquisas fundamentais e infraestrutura laboratorial até projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação empresarial e industrial. São investimentos frequentemente plurianuais, que exigem continuidade para produzir resultados.

A aprovação da Lei Complementar nº 177, em 2021, representou uma conquista importante ao estabelecer garantias contra o contingenciamento dos recursos do FNDCT. Foi um avanço construído ao longo de anos, com a participação da comunidade científica, do setor produtivo e do Congresso Nacional, para enfrentar a instabilidade que historicamente prejudicou o financiamento da ciência brasileira.

O PLP 299/2026 trouxe preocupações por conter dispositivos capazes de enfraquecer essas conquistas. Durante sua apreciação no Senado, entretanto, houve avanços. O texto-base aprovado em 12 de novembro retirou a possibilidade de desvinculação de parte do superávit financeiro de fundos públicos e incorporou ressalvas destinadas à proteção do financiamento científico e tecnológico. São mudanças positivas, que precisam ser preservadas na conclusão da votação e na Câmara dos Deputados.

Permanece, contudo, uma questão relevante. O projeto amplia as possibilidades de utilização dos recursos não reembolsáveis do FNDCT para financiar bolsas e auxílios, sem estabelecer com suficiente clareza sua vinculação direta à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação.

A formação de pesquisadores é indispensável e deve receber investimentos crescentes. O problema não está no financiamento de bolsas, mas na possibilidade de utilizar recursos destinados à pesquisa para custear despesas que deveriam ser atendidas por outras fontes orçamentárias. Sem recursos adicionais, essa ampliação pode reduzir o financiamento disponível para laboratórios, equipamentos e projetos científicos.

É fundamental, portanto, que bolsas e auxílios financiados pelo FNDCT estejam diretamente relacionados às suas finalidades científicas e tecnológicas, sem substituir as dotações ordinárias do CNPq e da CAPES.

Outro aspecto merece atenção. A ciência não funciona segundo o calendário de um exercício fiscal. Pesquisas sobre novas terapias, vacinas, tecnologias agrícolas ou fontes de energia exigem anos de trabalho, equipes especializadas e infraestrutura complexa. A interrupção do financiamento pode comprometer resultados e desperdiçar investimentos públicos anteriores.

O mesmo ocorre com a inovação empresarial. Transformar descobertas científicas em tecnologias, produtos e processos industriais exige previsibilidade. A instabilidade reduz a capacidade de inovação das empresas, dificulta a geração de empregos qualificados e amplia a dependência de tecnologias estrangeiras.

Defender o financiamento da ciência não significa dispensar planejamento, avaliação de resultados ou eficiência na aplicação dos recursos públicos. Ao contrário, investimentos estratégicos precisam de boa gestão, transparência e continuidade para gerar benefícios econômicos e sociais.

O Congresso Nacional tem a oportunidade de aperfeiçoar o PLP 299/2026, preservando as garantias conquistadas pelo FNDCT e assegurando que seus recursos permaneçam destinados às finalidades que justificaram sua criação.

Ajustar as contas públicas é necessário, mas comprometer investimentos que aumentam a produtividade, fortalecem a indústria e geram riqueza pode enfraquecer a própria sustentabilidade fiscal. O Brasil não pode tratar como simples despesa aquilo que aumenta sua capacidade futura de produzir riqueza.

FILIPE DENKI

Advogado especialista em Direito Empresarial e reestruturação empresarial.

Recuperação judicial no agro cai 20,7% no segundo trimestre de 2026, mas gestão empresarial continua sendo um desafio

O agronegócio brasileiro registrou 448 pedidos de recuperação judicial entre abril e junho de 2026, uma redução de 20,7% em relação aos 565 registrados no mesmo período de 2025. Os dados são da Serasa Experian e apontam uma diminuição das solicitações de reestruturação financeira no setor. Apesar do recuo, o cenário evidencia a importância da organização empresarial, do planejamento financeiro e da adoção de estratégias para preservar a continuidade dos negócios.

A distribuição dos pedidos mostra que os desafios financeiros alcançam importantes polos do agronegócio nacional. Mato Grosso liderou o ranking estadual, com 107 solicitações, equivalentes a 23,9% do total. Goiás registrou 84 pedidos, correspondentes a 18,8%, enquanto São Paulo contabilizou 72, ou 16,1%.

A análise por perfil de solicitante também revela diferenças relevantes. Os produtores rurais pessoas físicas somaram 197 pedidos de recuperação judicial, uma queda de 10,5% na comparação anual. As empresas rurais registraram 160 solicitações, recuo de 34,2%, enquanto as empresas da cadeia do agronegócio contabilizaram 91 pedidos, redução de 10,8%.

Embora a diminuição seja um sinal relevante, a recuperação da saúde financeira das empresas não pode ser avaliada apenas pela variação dos pedidos de recuperação judicial. A sustentabilidade de um negócio depende de fatores como estrutura de custos, capacidade de geração de caixa, organização dos contratos, eficiência operacional e qualidade das decisões administrativas.

No agronegócio, esses elementos ganham importância adicional devido às particularidades do ciclo produtivo. As empresas precisam realizar investimentos antes de obter receitas, lidar com oscilações nos preços das commodities e administrar despesas relacionadas a insumos, logística, armazenamento e mão de obra. Quando o planejamento não acompanha essas variáveis, o desequilíbrio financeiro pode comprometer o funcionamento da operação.

A estruturação empresarial é uma ferramenta importante para enfrentar esse cenário. Ela envolve a análise da organização do negócio, a definição de responsabilidades, a revisão de processos, o controle financeiro e a construção de estratégias compatíveis com os objetivos da empresa. Mais do que organizar documentos ou estabelecer procedimentos internos, trata-se de criar condições para que as decisões sejam tomadas com base em informações confiáveis e em uma visão clara dos riscos.

Um dos principais pontos de atenção é a relação entre endividamento e capacidade operacional. A contratação de crédito pode financiar a expansão, ampliar a produção e viabilizar investimentos estratégicos. Entretanto, quando os compromissos assumidos não são compatíveis com a geração de caixa, a empresa pode enfrentar dificuldades para pagar fornecedores, cumprir obrigações financeiras e manter suas atividades.

Por isso, o diagnóstico empresarial precisa considerar não apenas o volume das dívidas, mas também as causas que levaram ao desequilíbrio. É necessário avaliar a rentabilidade das operações, identificar despesas que podem ser revistas, analisar contratos e verificar quais atividades efetivamente contribuem para os resultados. Essa visão permite distinguir dificuldades temporárias de problemas estruturais que exigem mudanças mais profundas.

Outro aspecto fundamental é a antecipação dos riscos. Empresas que acompanham regularmente seus indicadores financeiros conseguem identificar sinais de alerta, como redução das margens, aumento dos custos, atrasos nos recebimentos e dependência excessiva de empréstimos. Com essas informações, torna-se possível ajustar o planejamento, rever investimentos e negociar obrigações antes que a situação comprometa a continuidade do negócio.

Quando as dificuldades já estão instaladas, a reestruturação empresarial pode envolver diferentes medidas, como reorganização de processos, revisão de despesas, renegociação de dívidas e adequação do modelo de operação. A escolha das medidas depende das características de cada empresa e precisa considerar sua capacidade de gerar resultados após as mudanças. O objetivo é estabelecer uma estrutura financeiramente viável, e não apenas postergar compromissos.

A recuperação judicial também pode ser considerada por empresas que atendam aos requisitos legais e apresentem condições de buscar a reorganização de suas obrigações. O instrumento permite, em situações específicas, a negociação com credores por meio de um plano de recuperação. Contudo, sua utilização exige análise técnica, avaliação da viabilidade do negócio e compreensão dos efeitos jurídicos e financeiros envolvidos.

A decisão de recorrer à recuperação judicial não deve substituir o diagnóstico empresarial. Antes de adotar esse caminho, é importante compreender a composição do passivo, as causas do endividamento e as possibilidades de reorganização das atividades. Uma empresa pode enfrentar dificuldades financeiras e ainda apresentar operações viáveis, mas a continuidade depende de medidas concretas e de um planejamento compatível com sua realidade.

Os impactos das crises empresariais também se estendem para além das organizações. No agronegócio, fornecedores, trabalhadores, transportadores e outros parceiros dependem do funcionamento das empresas que integram a cadeia produtiva. Quando um negócio interrompe suas atividades ou reduz significativamente sua capacidade de operação, os efeitos podem alcançar diversos agentes econômicos.

A redução dos pedidos de recuperação judicial no segundo trimestre de 2026 representa uma mudança importante no indicador, mas não elimina a necessidade de fortalecer a gestão empresarial. O cenário reforça que a prevenção de crises depende de acompanhamento financeiro, organização operacional e decisões estratégicas tomadas com antecedência.

Em um setor marcado por riscos econômicos e particularidades produtivas, empresas que conhecem seus custos, monitoram seus resultados e mantêm uma estrutura de gestão organizada estão mais preparadas para enfrentar períodos de instabilidade. A estruturação empresarial, nesse contexto, deve ser compreendida como parte da estratégia de sustentabilidade do negócio, contribuindo para uma gestão mais eficiente e para a preservação da atividade econômica.

CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Gabriel Galípolo, presidente do BC

Estagflação bate à porta do país e PT culpa o BC de Gabriel Galípolo

Estagflação é um termo usado pelos especialistas para os momentos de junção da estagnação da economia com a inflação. É uma situação atípica, porque o baixo nível de atividade econômica costuma vir acompanhado de uma queda na inflação devido a diminuição da capacidade de compra da população. O fantasma da estagflação assombrou a capital do país nesta segunda-feira (16) com a divulgação do índice de atividade econômica do BC (IBC-Br), que teve redução de 0,9% de julho a setembro em relação ao trimestre anterior (abril a junho). O IBC-Br é considerado uma prévia do PIB que deve ser usado na decisão sobre os juros básicos da economia. Seu resultado mostrou para o governo e o PT que, como presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo provocou um impacto prolongado das altas taxas de juros sobre a economia, com risco agora de levar o país à estagflação.

Bruno Moretti cai na armadilha segundo o PT

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) se tornou a voz que mais expressa o sentimento de contrariação da bancada de esquerda no Congresso com à suposta adesão da equipe econômica à proposta do mercado para ajuste da economia do país. Lindbergh aponta para o ministro do Planejamento, Bruno Moretti como tendo caído na armadilha: "Talvez, ele tenha revisto suas ideias anteriores [...] Isso não vai fazer o mercado mais simpático às suas posições. Muito pelo contrário."

WASHINGTON COSTA/MF



Ministro do Planejamento, Bruno Moretti

Mercado projeta inflação e estagnação

Por conta desse mau humor, o dólar fechou em alta de 2,15% nesta segunda-feira, cotado a R$ 5,7767. Na máxima do dia, chegou a R$ 5,7949, maior valor desde 17 de abril de 2025, quando encerrou a R$ 5,8042. Dólar em alta traz junto expectativa de alta da inflação. E o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, caiu 1,83%, aos 169.295 pontos. Diante dessa perspectiva de inflação com desaceleraçãoda economia o Morgan Stanley passou a projetar um desaquecimento ainda maior em 2027, com Ibovespa a 160 mil pontos.

Expectativa é o Lula como árbitro

A turma do "deixa disso" dentro do PT diz que boa parte desse desentendimento entre a bancada do partido e a equipe econômica se dá por causa da viagem do presidente.
Nesta semana, de volta ao Brasil, Lula atuará como árbitro da encrenca. Segundo caciques do PT, como já fez nas vezes anteriores, Lula dará ordem unida à sua equipe econômica e esfriará os ânimos dos petistas amotinados.

Estagflação nos anos 1980

Foi na década de 1980 nosso momento mais forte de estagflação. Ocorreu por conta da grave crise da dívida externa, choques internacionais de juros e do petróleo, forte instabilidade fiscal e o esgotamento do modelo de substituição de importações. A inflação astronômica antes do Plano Real gerou uma longa fase de empobrecimento do país.

No governo Dilma

O período do governo Dilma Rousseff também apresentou forte contração do PIB com média negativa (-2,1% ao ano), disparada do desemprego e inflação pressionada na casa de dois dígitos, ou acima do teto da meta. Viveu-se no país um ambiente recessivo e inflacionário que os petistas atribuem a um golpe parlamentar.

No pós-Pandemia

Com os impactos da pandemia de COVID-19, em 2019 e 2020, gargalos nas cadeias globais de suprimentos e alta no custo de energia, o Brasil voltou a flertar com a estagflação. Houve trimestres de retração e de baixo crescimento do PIB conjugados a uma rápida aceleração das taxas de inflação com o mercado de trabalho fragilizado.

Alckmin esquerdista

Até o moderado vice-presidente Geraldo Alkcmin criticou o mercado. "Não há razão para o mercado ter essas oscilações", afirmou. Alckmin falou depois de se reunir no Palácio do Planalto com entidades que lançaram um manifesto contra os supersalários, na qualidade de presidente em exercício, enquanto Lula esteve no exterior

Mercadante, a desculpa

Investidores em geral avaliam que as medidas de ajuste são suficientes para conter o crescimento dos gastos e estabilizar a dívida pública. Pelo menos por enquanto. Mas o mercado ainda busca motivos para instabilidade. A onda nesta segunda-feira foi em torno do nome de Aloizio Mercadante, que estaria cotado para a Fazenda.

Lobbies no Congresso

Na entrevista em que provocou Lindbergh Farias, Bruno Moretti também deu a entender que há forças no Congresso com quem o governo baterá de frente: "Lobbies muito poderosos estão pleiteando que não assumam parte desse ajuste, que vai ser bom para o país inteiro, vai reduzir taxa de juros, reduzir endividamento."

MARCHA EM BRASÍLIA PELO FIM DA ESCALA 6X1



Reprodução vídeo

Escala 6x1 acirra impasse entre o Congresso e o Supremo

Legislativo contesta flexibilizações de Dino e governo prepara regulamentação

Por **Beatriz Matos**

A disputa entre Poderes ampliou a incerteza sobre regras da nova escala de trabalho 5x2. Câmara e Senado contestam flexibilizações autorizadas por Flávio Dino, e empresários pedem mais tempo para adaptação. Luiz Fux pediu destaque adiando o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), que recomeçará presencialmente.

O impasse não altera o calendário aprovado pelo Congresso. A liminar de Dino permanece válida e a partir de 16 de dezembro a jornada máxima semanal cairá de 44 para 42 horas, com dois dias de descanso remunerado e sem redução salarial. Em dezembro de 2027, cairá para 40 horas. A divergência envolve a distribuição das folgas durante a adaptação.

As Advocacias da Câmara e do Senado pediram ao STF que não confirme parte das medidas de Dino. O trecho mais sensível é a distribuição dos descansos. Dino permitiu que empresas e sindicatos negociem escalas diferentes com a compensação de folgas.

Câmara e Senado argumentam que o texto original exige ao menos um dia de repouso a cada semana e que os demais descansos sejam compensados dentro do mês. Para as Casas, essas garantias protegem o trabalhador mesmo quando há acordo coletivo.

Outro ponto contestado é a possibilidade de distribuir as 42 horas semanais em cinco jornadas de oito horas e 24 minutos, sem considerar extras os 24 minutos adicionais. A medida busca atender empresas sem novos acordos, mas a Câmara questiona a ausência de negociação coletiva.

O Congresso também resiste à redução para 180 dias no prazo de adaptação de contratos do setor público e ao pedido de Dino para que os parlamentares regulamentem, nesse mesmo período, jornadas específicas de determinados setores. A Câmara sustenta que a emenda não impôs prazo para nova lei.

Dino rejeitou o adiamento pretendido pelas confederações, mas abriu espaço para acordos coletivos e fixou 90 dias para renegociar contrapartidas. Já a Casa Civil e o Ministério do Trabalho preparam um decreto para esclarecer como a redução será aplicada, inclusive em atividades que dependem de turnos e escalas diferenciadas.

O pedido de Fux zerou os votos registrados virtualmente e transferiu a decisão para uma sessão presencial.

Dívidas podem absorver parte dos R$ 399 bi do 13º salário

Advogado explica como consumidores podem renegociar dívidas

REPRODUÇÃO



Da **Redação**

O pagamento do 13º salário deve movimentar R$ 399,1 bilhões na economia brasileira em 2026, mas a chegada desse dinheiro ocorre em um cenário de elevado endividamento das famílias. Enquanto milhões de trabalhadores se preparam para receber a gratificação, especialistas alertam que parte dos recursos poderá ser direcionada ao pagamento de empréstimos, cartões de crédito e outras obrigações financeiras, reduzindo o potencial de consumo e reacendendo o debate sobre os juros bancários e a proteção dos consumidores.

Segundo levantamento divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), aproximadamente 99,7 milhões de brasileiros serão beneficiados pelo pagamento do 13º salário, com rendimento adicional médio de R$ 3.720. O montante corresponde a cerca de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

A movimentação financeira ocorre em um momento delicado para o orçamento doméstico. Dados do Banco Central mostram que o endividamento das famílias brasileiras atingiu 50,1% da renda anual em agosto de 2026. Já o comprometimento da renda com o pagamento de dívidas chegou a 29%, evidenciando a pressão das obrigações financeiras sobre o orçamento.

Para o advogado Bruno Medeiros Durão, especialista em Recuperação de Tributos e Direito Bancário e fundador da DAP Advocacia, a entrada de recursos extraordinários pode representar uma oportunidade para reorganizar as finanças, mas exige atenção às condições oferecidas pelas instituições financeiras.

"O 13º salário representa um importante reforço financeiro para milhões de brasileiros, mas também chega em um momento em que muitas famílias estão comprometidas com dívidas bancárias. O consumidor precisa avaliar se está realmente reduzindo o endividamento ou apenas substituindo uma obrigação por outra, muitas vezes com juros ainda maiores", explica o especialista.

Segundo levantamento divulgado pelo Dieese, aproximadamente 99,7 milhões de brasileiros serão beneficiados pelo pagamento do 13º salário

A utilização do 13º salário para quitar ou renegociar dívidas pode ser vantajosa, especialmente quando envolve modalidades de crédito com custos elevados. Entretanto, o consumidor deve observar não apenas o valor das parcelas, mas também os juros, encargos e o custo efetivo total da operação.

O alerta é particularmente importante diante das ofertas de renegociação e de novos empréstimos que costumam ganhar espaço no fim do ano.

"Uma proposta de renegociação não deve ser analisada apenas pelo valor da parcela mensal. É fundamental verificar o custo total da dívida, os juros aplicados e as condições do novo contrato. Em determinadas situações, alongar excessivamente o prazo pode fazer com que o consumidor pague muito mais do que o valor originalmente contratado", destaca Bruno Medeiros Durão.

Além da possibilidade de negociação diretamente com os credores, consumidores que enfrentam dificuldades graves para pagar suas dívidas podem recorrer a mecanismos previstos na Lei nº 14.181/2021, conhecida como Lei do Superendividamento.

A legislação introduziu medidas de prevenção ao endividamento excessivo e reforçou o dever de informação na concessão de crédito. Em situações previstas em lei, consumidores pessoas físicas de boa-fé podem buscar a repactuação de determinadas dívidas de consumo, com preservação do mínimo existencial, necessário à manutenção das despesas básicas.

A proteção não significa perdão automático das dívidas nem redução obrigatória de juros em todos os contratos. Cada situação depende da natureza das obrigações e das condições legais aplicáveis.

Brasil tem 10,4 mi de mulheres donas de negócios

Da **Redação**

O Brasil conta atualmente com 10,4 milhões de mulheres donas de negócios, segundo o Sebrae, o que representa um crescimento de 27% em dez anos. O número evidencia que as mulheres ainda são minorias e enfrentam barreiras para alcançar oportunidades no cenário empreendedor brasileiro, e com o objetivo de ampliar o desenvolvimento de novas trajetórias que acontece mais uma edição do Summit Mulheres, evento voltado para o empreendedorismo feminino.

A iniciativa do programa Mulheres Que Inovam (MQI), com o apoio da Sociedade Brasileira de Inovação (SBI), realiza sua primeira edição 100% online e gratuita. Serão quatro horas de programação dedicadas a conectar mulheres a conhecimento, negócios e oportunidades. O evento acontece em sintonia com o Dia Mundial do Empreendedorismo Feminino, celebrado no próximo dia 19 de novembro e propõe uma reflexão sobre o cenário atual e, principalmente, o futuro das mulheres no mercado.

Idealizado por Helena Levorato, neurocientista, cofundadora da Sociedade Brasileira de Inovação (SBI), diretora do Global Innovation Institute e fundadora do programa nacional Mulheres Que Inovam (MQI), o evento reunirá empreendedoras e especialistas para discutir temas que estão transformando o mundo dos negócios, como inovação, inteligência artificial, liderança, marketing, novos mercados e construção de marcas.

SEBRAE



Summit debate o futuro do empreendedorismo feminino

A programação contará com a participação de diversas mulheres empreendedoras e especialistas, que compartilharão experiências, estratégias e insights valiosos sobre inteligência artificial, marca pessoal, comunicação, tendências, inovação e posicionamento no mercado. A proposta é apresentar diferentes perspectivas e experiências capazes de inspirar e apoiar mulheres que desejam fortalecer seus negócios, ampliar sua atuação e identificar novas oportunidades de crescimento.

Helena Levorato também conduzirá dois painéis estratégicos: "Inovação e Tendências de Mercado: o que está mudando e onde estão as oportunidades para as mulheres" e "Juntas em 2027: Mulheres Que Inovam ampliando conexões, conhecimento e oportunidades de crescimento".

A neurocientista destaca a importância de transformar o debate sobre protagonismo feminino em iniciativas concretas. "Não basta falar sobre o protagonismo feminino. Precisamos criar condições para que mais mulheres tenham acesso ao conhecimento, às conexões e às oportunidades que impulsionam negócios e mercados."

JORNAL DO SERVIDOR

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Órgãos terão até dia 27 para encaminhar planos de desenvolvimento

Capacitação de servidores terá planejamento até o fim de novembro

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) prorrogou até 27 de novembro o prazo para que órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional encaminhem os Planos de Desenvolvimento de Pessoas (PDPs) de 2027. A nova data foi estabelecida pela Instrução Normativa CGDDP/MGI nº 479, publicada no Diário Oficial da União em 13 de novembro. Os documentos devem ser enviados pelo DesenvolveGOV, plataforma desenvolvida pelo MGI em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Os PDPs orientam as ações de capacitação e aperfeiçoamento profissional no serviço público, a partir do levantamento das necessidades de desenvolvimento de cada instituição. O sistema reúne etapas do planejamento, automatiza procedimentos e permite agrupar demandas semelhantes entre diferentes órgãos e unidades da administração federal.

STF garante hora extra paga a policiais penais

O STF decidiu que policiais penais de Santa Catarina têm direito ao pagamento de horas extras quando não for possível usufruir a folga compensatória no prazo de três meses previsto na legislação estadual. Por unanimidade, os ministros entenderam que o regime de subsídio não impede a remuneração pelo serviço extraordinário. A decisão foi tomada na ADI 7.469, relatada pelo ministro Edson Fachin. O julgamento também estabeleceu que a necessidade do serviço não pode resultar em trabalho extraordinário gratuito.

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



Remuneração será quando não for possível compensar com folga

Governo prevê convocações do CNU em novembro

O Governo Federal prevê convocar aproximadamente 1,3 mil candidatos aprovados na primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado ainda em novembro. O anúncio foi feito pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, no dia 12. As chamadas contemplam vagas remanescentes em órgãos como Funai, Incra, IBGE, Inep e AGU, além de ministérios e agências reguladoras. Segundo a ministra, o governo também avalia autorizar convocações adicionais de outros concursos, conforme a disponibilidade orçamentária.

MGI lança manual para reestruturação de órgãos

O Ministério da Gestão lançou no dia 13, uma nova edição do Manual de Estruturas Organizacionais do Executivo Federal. O material reúne orientações para criação, revisão e reorganização de estruturas administrativas, incluindo regras para Cargos Comissionados Executivos e Funções Comissionadas Executivas. A publicação também apresenta exemplos práticos de elaboração de decretos e foi disponibilizada em plataforma digital.

Melhorias do SouGov

O MGI promoveu desafio para reunir propostas de melhoria da acessibilidade do SouGov, plataforma de serviços dos servidores federais. A iniciativa reuniu 130 participantes e resultou em 19 relatórios com sugestões. As análises identificaram barreiras e apresentaram recomendações para incluir pessoas com deficiência e facilitar o acesso aos serviços.

Recomposição salarial

O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 prevê mais de R$ 9 bilhões para recomposição salarial de servidores civis e militares. A proposta também reserva R$ 1,3 bilhão para concursos e novas contratações no Executivo federal, além de R$ 1,2 bilhão para universidades e institutos federais. Os recursos ainda dependem da aprovação pelo Congresso.

Rede LideraGOV

A Rede LideraGOV, iniciativa do Ministério da Gestão e da Enap, definiu compromissos para 2027 a 2030. O manifesto prevê ampliar a troca de conhecimentos entre servidores de diferentes órgãos e desenvolver projetos conjuntos. Criado em 2020, o programa já formou 288 profissionais de 58 instituições federais e busca fortalecer a gestão pública.

Posse digital ampliada

O Ministério da Gestão ampliou, desde 4 de novembro, o uso do Ingresso Digital para nomeações em Cargos Comissionados Executivos (CCE) e Funções Comissionadas Executivas (FCE). A ferramenta permite enviar documentos e assinar o termo de posse pelo SouGov. A solução já atende mais de 11 mil ingressantes e é utilizada por mais de 80 órgãos federais.

Inteligência Artificial

O Ministério da Gestão e a Universidade de São Paulo realizam uma série de cinco webinários gratuitos sobre o uso da inteligência artificial na administração pública. Os encontros discutem aplicações da tecnologia, proteção de dados e uso responsável das ferramentas. A programação segue até 2 de dezembro, com transmissão on-line.

Desastres na administração

O Ministério da Gestão promove, em 23 de novembro, encontro sobre governança e prevenção de desastres na administração pública. A programação será realizada na Universidade de Brasília (UnB), com participação gratuita e transmissão ao vivo. O debate reunirá especialistas do MGI, AGU, MIDR e governo do Rio Grande do Sul.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL.



Ministro Bruno Moretti apresentou medidas fiscais em audiência na CMO

Governo prevê prazo para conter supersalários no funcionalismo

Texto aprovado no Senado estabelece até 120 dias para Congresso analisar regras

Por **Raphaela Cordeiro**

O governo federal incluiu no pacote de medidas fiscais apresentado ao Senado uma proposta para acelerar a regulamentação dos chamados supersalários no serviço público. Durante audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), em 11 de novembro, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que o conjunto de medidas prevê um prazo para a votação de um projeto que limite esses pagamentos. A informação foi divulgada pelo próprio Ministério do Planejamento.

A iniciativa está relacionada às verbas indenizatórias que podem ficar fora do teto remuneratório do funcionalismo. O artigo 37, parágrafo 11, da Constituição determina que somente parcelas indenizatórias expressamente previstas em lei de caráter nacional podem ser excluídas do limite. Essa regulamentação, porém, ainda não foi editada, conforme análise da Consultoria de Orçamentos do Senado Federal.

O tema foi incluído no Projeto de Lei Complementar (PLP) 299/2026, apresentado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA) a pedido do Executivo. O texto-base, aprovado pelo Plenário do Senado em 12 de novembro, estabelece que o Congresso Nacional deverá apreciar, em até 120 dias contados da publicação da lei complementar, o projeto que disciplinará as verbas indenizatórias.

A proposta também trata da destinação dos recursos economizados com a futura regulamentação. No âmbito do Poder Executivo federal, parte da economia poderá reduzir o limite de despesas e outra parte poderá ser direcionada a investimentos ou ao financiamento de atividades do Sistema Único de Segurança Pública e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Nos demais Poderes e órgãos autônomos, os valores deverão ser destinados à reestruturação e recomposição dos respectivos quadros de pessoal.

A votação do PLP ainda não havia sido concluída até a última atualização da nota técnica do Senado, elaborada em 13 de novembro. Quatro destaques ao texto-base estavam previstos para análise em 17 de novembro. Depois de concluída a votação no Senado, a matéria seguirá para a Câmara dos Deputados. A regulamentação poderá definir quais parcelas indenizatórias ficam efetivamente fora do teto constitucional.